



Dissertação

Mestrado em Controlo de Gestão

# **O sistema de Segurança Social em Portugal (análise comparativa)**

**Carlos Manuel da Silva Oliveira Nunes**

Leiria, junho de 2013



Dissertação

Mestrado em Controlo de Gestão

# **O sistema de Segurança Social em Portugal (análise comparativa)**

**Carlos Manuel da Silva Oliveira Nunes**

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Doutora Elisabete Duarte, Professora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria e coorientação do Doutor José Luís Martins, Professor da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria.

Leiria, junho de 2013

## ***À Minha Família***

À Lídia e à Leonor

*“O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.”*

*“Quando Deus quer, o homem sonha e a obra nasce.”*

Fernando Pessoa

# Agradecimentos

---

À Doutora Elisabete Duarte e ao Doutor José Luís Martins que na qualidade de meus orientadores sempre mostraram disponibilidade em me ajudar, de uma forma profissional e crítica.

Ao Centro Distrital de Segurança Social de Leiria, por todo o apoio sempre disponibilizado.

Ao meu colega Delfim Duarte, pela grande ajuda que me deu ao longo da tarefa mais árdua e ambiciosa da minha vida.

À minha esposa Lídia, pela sua disponibilidade e empenho que sempre demonstrou desde que nos conhecemos.

À minha filha Leonor, que pelo seu modo de estar característico da idade, se tornou numa das razões do meu viver.

# Resumo

---

A problemática da sustentabilidade da Segurança Social é uma preocupação dominante de todos os cidadãos e recorrentemente debatida na sociedade. A grande problemática com que se vem deparando o nosso País, desde há alguns anos, é saber como a Segurança Social conseguirá dar resposta de forma a conseguir garantir a subsistência das pessoas, que, por força da idade e da saúde, entrarão nas próximas décadas na reforma, bem como a assegurar o acesso às prestações solicitadas.

A temática ganha ainda maior relevo perante sistemáticos constrangimentos económico-financeiros e orçamentais, que não permitem mais adiamentos a um conjunto de reformas profundas.

Este estudo, numa primeira fase, realiza uma breve apresentação do sistema de Segurança Social em Portugal, em particular: a sua evolução histórica, funcionamento, formas de financiamento, principais prestações disponibilizadas aos seus beneficiários, bem como caracterização da evolução de algumas variáveis que se consideram ter influência no sistema e sua sustentabilidade, como a natalidade, o envelhecimento, a imigração e o crescimento económico.

As preocupações com a evolução e sustentabilidade dos sistemas de Segurança Social não são exclusivas de Portugal. A maioria dos países europeus tem encetado esforços no sentido de encontrar soluções, alguns introduzindo verdadeiras inovações. Consideramos que é para Portugal inevitável alterar o seu modelo atual de proteção social, pelo que é realizado um estudo comparativo entre os diferentes sistemas na procura de soluções que possam ser implementadas nacionalmente, bem como de melhorias para o sistema.

Na nossa investigação, baseada na análise comparativa entre as principais características do sistema Português face aos sistemas em vigor nos países que compõem a Zona Euro, realçamos os aspetos mais relevantes e que podem causar maior impacto no financiamento e na sustentabilidade do sistema de proteção social.

De facto, considerando a excessiva tutela do Estado no sistema de Segurança Social Português, acrescida pela existência duma população com baixos níveis de exigência de informação e de transparência sobre a gestão das suas futuras pensões, existe uma grande incerteza sobre a evolução futura do sistema de Segurança Social.

Pensamos que a tendência futura tem que inverter algumas das práticas anteriores e poderá passar por uma maior abertura do sistema ao privado. Esta abertura deverá ser, obviamente, regulamentada, eventualmente como sistema complementar, mas permitirá uma melhor gestão e uma maior e mais consciente partilha de riscos.

**Palavras-chave:** *Segurança Social, Prestações sociais, beneficiários.*

# Abstract

---

The issue of the Social Security sustainability is a dominant concern of all citizens and is recurrently debated in the society. The problem that our country is facing for some years, is how Social Security will be able to respond in a way that can ensure the livelihood of the people, who by virtue of age and health, will come retired in the next decades, as well as ensuring access to several requested services.

The issue becomes even more prominent considering systematic economic, financial and budget constraints, which do not allow further delays to a set of reforms.

The objectives of this thesis are, firstly to make a brief presentation of the social security system in Portugal, in particular: its historical evolution, current operating characteristics, forms of financing, major benefits available to their beneficiaries, as well as to make a characterization of the evolution of some variables that are considered to influence the system and its sustainability, such as birth, ageing, immigration and economic growth.

Concerns about the evolution and sustainability of social security systems are not exclusive to Portugal. Most European countries have initiated efforts to find solutions, by introducing some real innovations. We believe it is inevitable for Portugal change its current model of social protection, so we conducted a comparative study between the different systems to find solutions that can be implemented nationally as system improvements.

In our research, based on a comparison between the main features of Portuguese against the systems in the countries that comprise the Eurozone, we highlight the most relevant aspects that may have impact in the financing and sustainability of the social protection system.

In fact, considering the excessive authority of the State in the Portuguese social security system, plus the existence of a population with low levels of demand for information and transparency about the management of their future pensions, there is great uncertainty about the future evolution of the system social security.

We think that the future trend is to reverse some of the past practices and may go through a further opening of the private system. This opening should obviously be regulated, possibly as a complementary system, but the introduction of this option between the state system and the private system will allow better management and greater and more conscious risk sharing.

***Palavras-chave:*** Social Security, Social benefits, beneficiaries.

# Índice de Figuras

---

Figura 1 - Peso relativo da despesa real com as principais transferências correntes para as famílias (em %) 2007-2011 .....	10
Figura 2 - Taxa bruta de natalidade na zona Euro.....	29
Figura 3 - Previsão da evolução da população jovem e idosa em Portugal entre 1990 e 2020 .....	32
Figura 4 - População residente em Portugal entre 2000-2050 (em milhares de habitantes).....	33
Figura 5 - Projeções da população residente em Portugal para o ano de 2050 .....	34
Figura 6 - PIB em Portugal – Taxa de crescimento real (%).....	41
Figura 7 - Taxa de crescimento real do PIB na zona Euro, em 2012 .....	42
Figura 8 - Percentagem do PIB para a Segurança Social .....	44
Figura 9 - Taxa de Desemprego na zona Euro (2012) .....	45
Figura 10 - Taxa bruta de natalidade .....	46
Figura 11 - Esperança média de vida por sexo .....	47
Figura 12 - Esperança média de vida por sexo, após os 65 anos .....	47

# Índice de Quadros

---

Quadro 1 – Valores do abono .....	15
Quadro 2 - Os 4 escalões do rendimento de referência .....	16
Quadro 3 - Valor mínimo da pensão .....	21
Quadro 4 - Taxa bruta de natalidade em Portugal.....	28
Quadro 5 - Variação do índice de envelhecimento.....	30
Quadro 6- Número de indivíduos.....	34
Quadro 7- Taxa bruta de mortalidade em Portugal.....	35
Quadro 8 - Países com maior número de imigrantes em Portugal (2011) .....	39
Quadro 9 – Distribuição dos imigrantes por distrito (2011) .....	39
Quadro 10 - Contribuições gerais de entidades empregadoras e empregados .....	49
Quadro 11 – Subsídio de desemprego.....	52
Quadro 12 - Subsídio de doença .....	56
Quadro 13 - Pensão de velhice .....	59
Quadro 14 - Maternidade .....	63
Quadro 15 - Abono de família.....	68



# Lista de Siglas

---

CIT - Certificado de Incapacidade Temporária

CSI - Complemento Solidário para Idosos

IAS - Indexante aos Apoios Sociais

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, I P

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISS - Instituto da Segurança Social, I P

ISSA – *International Social Security Association*

IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado

MISS – Modelo Integrado da Segurança Social

MISSOC - *EU's Mutual Information System on Social Protection*

NUTS - Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OE – Orçamento de Estado

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB – Produto Interno Bruto

PPR – Planos Poupança-Reforma

RR – Remuneração de Referência

RSI - Rendimento Social de Inserção

SPSS – Sistema Previdencial da Segurança Social

SVI – Serviço de Verificação de Incapacidades

SVIT - Serviço de Verificação de Incapacidades Temporárias

UE – União Europeia

# Índice

---

Agradecimentos .....	ii
Resumo .....	iii
Abstract .....	iv
Índice de Figuras .....	v
Índice de quadros.....	vi
Lista de siglas.....	vii
Índice.....	viii
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1. Justificação do tema.....	1
1.2. Objetivos .....	3
1.3. Estrutura da tese .....	4
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	5
2.1. Introdução.....	5
2.2. A Segurança Social em Portugal: Evolução histórica .....	5
2.3. Caracterização do atual sistema de Segurança Social Português .....	9
2.4. O Financiamento da Segurança Social .....	22
2.5. Variáveis que afetam a Segurança Social.....	26
3. ESTUDO COMPARATIVO .....	43
3.1. Introdução.....	43
3.2. Objetivos específicos do estudo comparativo .....	48
3.3. Análise Comparativa .....	49
4. CONCLUSÕES.....	71
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	75

# 1. Introdução

---

## 1.1. Justificação do tema

O termo “Segurança Social” foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos aquando da votação da lei da Segurança Social daquele país em 1935. Porém, já outras personalidades em situações similares indicaram termos semelhantes, como Simon Bolivar em 1819, num congresso em Génova em 1894 e num Decreto-Lei apresentado em 1918 na antiga União Soviética (Conceição, 2008).

Ainda de acordo com o mesmo autor, a função da Segurança Social é garantir a compensação em caso de desemprego ou doença, prevenindo deste modo os riscos sociais e familiares, bem como fomentar a reinserção do indivíduo na sociedade.

Neves (1993) afirma que a principal razão da existência da Segurança Social é o facto de facultar a todo o cidadão o direito ao sistema de Segurança Social. O seu principal objetivo é compensar a perda de trabalho seja ela temporária ou definitiva, que pode ser devida a doença natural, maternidade, desemprego, invalidez, velhice ou morte. Outro objetivo é compensar encargos derivados do aumento do agregado familiar e auxiliar nas despesas necessárias ao seu sustento e educação, o que se traduz na atribuição do abono de família e outras prestações de índole social.

Na atualidade, e com a acentuada crise económica e financeira, é desejável uma resposta rápida e eficiente por parte da Segurança Social no sentido de prestar apoio aos cidadãos, de modo a ajudá-los a combater as dificuldades económicas e assim aliviar as suas carências. Pese embora a situação atual não seja favorável, de modo a conseguir dar resposta e a garantir a generalidade destes apoios, os governos devem elaborar estratégias para conseguir um financiamento sustentável, para deste modo conseguir continuar a dar resposta aos beneficiários que solicitarem auxílio (Masulem e Ortiz, 2011).

Por este facto, constatamos que o sistema da Segurança Social vem tendo uma crescente importância na nossa sociedade, pelo que se exige uma intervenção rápida e eficiente no

sentido de dar apoio aos mais desfavorecidos que em determinada situação ficaram sem o seu sustento, devendo ser um sistema orientado para proteger o cidadão dos infortúnios da vida (Venturi, 1995). O sistema deve atuar de modo a evitar uma instabilidade financeira, seja ela temporária ou permanente e assim conseguir garantir ao indivíduo um nível de rendimento tal que lhe permita viver com o mínimo de dignidade (Santos, 2010).

Dentro da União Europeia, e apesar dos esforços de convergência e harmonização, os países ainda apresentam várias diferenças entre si, nomeadamente no que respeita a regras que defendam os benefícios sociais para todos os trabalhadores que circulam por toda a União Europeia. Tal imposição obriga a uma coordenação necessária na implementação das suas regras.

São fundamentalmente utilizados a nível Europeu dois sistemas de Segurança Social, o primeiro criado pelo antigo chanceler alemão Otto Von Bismarck e o segundo sistema deve-se ao britânico William Henry Beveridge.

Bismarck, nos finais do século XIX, introduziu um seguro de saúde obrigatório, criando assim condições para um sistema de seguro social obrigatório que protegesse o cidadão, nomeadamente, em matéria de doença, acidentes de trabalho, invalidez e velhice. Este sistema de Segurança Social era suportado pelos empregados e pelas entidades empregadoras, consoante o seu salário. O objetivo desta medida era assegurar que os trabalhadores garantissem a sua qualidade de vida numa eventual situação de doença<sup>1</sup>. Por seu lado, Beveridge, na primeira metade do século XX, defendia que toda a população em geral deveria efetuar descontos para a Segurança Social, tendo por base um montante fixo, sendo o objetivo desta medida garantir a subsistência do indivíduo<sup>2</sup>.

Apesar de ainda não haver um sistema de Segurança Social único europeu, a UE implementou disposições de âmbito comum na área da proteção social sem, no entanto, procurar conciliar as orientações dos diferentes países. Tendo em conta que cada responsável estará mais focado em debater os problemas sociais da sua Nação, poder-se-á deduzir que um modelo de Segurança Social Europeu não será a curto prazo uma realidade, apesar da sua discussão nos diversos tratados que vão sendo realizados (O'Connor, 2005).

---

<sup>1</sup> <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos181.html>

<sup>2</sup> <http://www.cesifo-group.de/ifoHome/facts/DICE/Social-Policy/Basic-Protection/Guaranteeing-Sufficient-Resources/bismarck-beveridge-dicereport408-db6.html>

De facto, nos dias de hoje, de acordo com diretivas europeias e devido também à livre circulação de pessoas e bens, as pessoas que residam num outro país da União Europeia que não o seu têm os mesmos direitos sociais que qualquer cidadão natural desse país, nomeadamente, prestações relacionadas com doença, maternidade, desemprego, prestações familiares, reforma, e ainda, os subsídios por morte.

Assim, e considerando os atuais constrangimentos financeiros, em Portugal e na Europa, bem como as suas implicações sociais, consideramos ser esta uma temática atual e relevante, pelo que pretendemos fazer uma análise do panorama nacional de Segurança Social. Acresce ainda que, no seguimento das atuais e futuras tendências de harmonização europeia, será pertinente fazer o enquadramento europeu e uma análise comparativa.

## **1.2. Objetivos**

Como vimos, a grande problemática com que se vem deparando o nosso País, desde há alguns anos, reside no facto de saber como a Segurança Social conseguirá dar resposta de forma a conseguir garantir a subsistência das pessoas, que por força da idade e da saúde entrarão nas próximas décadas na reforma, bem como assegurar o acesso aos apoios e às prestações solicitadas.

O atual sistema que conta com o apoio direto do Estado, com as contribuições das entidades empregadoras e também dos seus beneficiários, para em contrapartida estes, em momento de privação ou numa situação inesperada de invalidez ou numa situação natural de velhice, em que ficam privados do seu ordenado, possam contar com esta Instituição Estatal, a fim de poder dar resposta às suas necessidades.

Neste sentido, os objetivos gerais desta dissertação são:

1. analisar a situação atual da Segurança Social em Portugal, tentando identificar a mais recente evolução do sistema, bem como identificar as principais dificuldades e variáveis que afetam e afetarão a sua sustentabilidade;
2. realizar uma análise comparativa entre os distintos sistemas de Segurança Social a nível da zona euro, procurando identificar áreas similares de intervenção, formas de

financiamento e identificando potenciais soluções para algumas das dificuldades identificadas no sistema nacional.

### **1.3. Estrutura da tese**

O primeiro capítulo corresponde à introdução, onde iniciamos com a apresentação e justificação para o tema, motivações e apresentamos os objetivos gerais do trabalho e respetiva estrutura.

No segundo capítulo avançamos com uma abordagem teórica do tema, onde realizaremos uma análise da Segurança Social em Portugal, a sua evolução histórica e o sistema atual, com apresentação das suas principais características e analisando o seu modo de financiamento. É também analisado um conjunto de variáveis das quais se considera depender a sustentabilidade do sistema, como sejam, por exemplo, a natalidade, o envelhecimento, a imigração e o produto interno bruto.

No terceiro capítulo, será realizado um estudo comparativo dos sistemas de Segurança Social em Portugal e num conjunto vasto de países europeus, tentando distinguir as diferentes formas de financiamento, as prestações mais solicitadas e as respetivas condições de acesso.

Por fim, no quarto e último capítulo, apresentamos as conclusões finais do estudo.

## 2. Revisão da literatura

---

### 2.1. Introdução

Iniciamos este segundo capítulo com uma análise à evolução histórica do sistema de Segurança Social em Portugal, o crescimento do próprio sistema e também a sua solidez social, de modo a ser útil e válido a toda a sociedade, verificando-se assim a reciprocidade deste sistema público. São também apresentadas em detalhe as principais prestações disponíveis no sistema, bem como as condições de acesso e meios de financiamento. Por fim, são avaliadas algumas variáveis das quais consideramos depender a sustentabilidade do sistema, sendo elas a natalidade, o envelhecimento, a imigração e o produto interno bruto.

### 2.2. A Segurança Social em Portugal: Evolução histórica

A história da Segurança Social<sup>3</sup> confunde-se um pouco com a história do nosso País. A partir do momento em que o nosso Estado foi reconhecido como Nação de vertente cristã, começaram a ser desenvolvidas as primeiras iniciativas que foram, naturalmente, dadas por clérigos de ordens religiosas, militares, membros da alta nobreza, bem como corporações de mestres e particulares abastados. Do século XII ao século XV assistiu-se a um gradual desenvolvimento de esforços tendentes a dar resposta a necessidades de assistência nos planos individual e familiar, assim como, a detetar casos e situações precárias de vivência. Foram também criados espaços, tais como hospitais, hospícios, gafarias, albergarias e mercearias, de modo a acolher pessoas carenciadas. Mas estas medidas não se tornaram eficazes devido à existência de tensões que se foram criando, que colocavam em causa a própria gestão destas pequenas instituições. As necessidades da população eram cada vez mais e, por isso, tinham de ser criadas respostas rápidas, de modo a colmatar estas lacunas (Organizacion Iberoamericana de Seguridad Social, 1984).

---

<sup>3</sup> <http://www4.seg-social.pt/evolucao-do-sistema-de-seguranca-social>

Por iniciativa da Rainha D. Leonor, em 1498, foi fundada em Lisboa a primeira Irmandade da Misericórdia que deu origem à primeira grande reforma da assistência. Progressivamente, este tipo de instituições – as Santas Casas da Misericórdia – foram-se multiplicando por todo o país, transformando-se num grande polo de assistência domiciliária privada, a nível local, nos domínios da saúde e da ação social e cuja obra ainda continua a ter uma forte presença nos nossos dias. O primeiro grande passo no sentido da instauração da assistência pública, embora sem grande sucesso, foi dado com a fundação da Casa Pia de Lisboa, nos finais do século XVIII, com o intuito de alicerçar o surgimento da assistência pública.

Durante a segunda metade do século XIX, por iniciativa do associativismo operário, foram criadas as associações de socorros mútuos destinadas a socorrer situações urgentes. Estas associações prestavam cuidados médicos, forneciam medicamentos e já faziam a atribuição de prestações pecuniárias que ainda vigoram nos nossos dias, tais como, as prestações de incapacidade temporária ou permanente e o subsídio de funeral. Todas estas ações deram origem às Caixas de Aposentações que foram criadas ainda no final do século XIX.

Assistiu-se, em maio de 1919, a uma tentativa de instituição de um sistema de seguros sociais obrigatórios, que se destinavam a abranger trabalhadores por conta de outrem, com vencimentos inferiores a um montante pré-estabelecido.

Em 1933, por força do Decreto-Lei nº 23051 de 23 de setembro, foram criadas as casas do povo em Portugal. Tratava-se de um organismo de cooperação social, dotado de personalidade jurídica, que se dispunha a colaborar no desenvolvimento económico-social e cultural das comunidades locais, bem como a afirmar a defesa dos interesses sociais dos trabalhadores agrícolas, cujos fins eram providência e assistência, instrução e progressos locais na comunidade em que estavam inseridos.

Na sequência da publicação do Estatuto do Trabalho Nacional, em 1935, foi aprovada a Lei nº 1884/35 de 16 de março, onde foram definidas as bases gerais em que se devia apoiar a organização da previdência social, cuja aplicabilidade foi sendo aferida ao longo dos tempos. Foram criados seguros sociais obrigatórios, que já estavam a ser aplicados em alguns países europeus.

De acordo com Correia (2004), em 1976, aquando da promulgação da Constituição da República Portuguesa, deu-se origem a um importante marco que vigora até aos nossos dias.



Foram consagrados vários direitos de cariz social, entre os quais, que todo o cidadão tem direito à Segurança Social enquanto elemento integrante da sociedade que, segundo Mendes (1995), é um dos dois grandes pilares em que se forma o Estado-providência em Portugal, sendo o outro o sistema nacional de saúde.

De acordo com o Decreto-Lei nº 549/77, de 31 de dezembro, foi a partir de 1977, que se deram passos significativos no sentido de assegurar uma sólida implantação de um sistema de Segurança Social unificado, descentralizado e participado.

Foi também criada a Autoridade Distrital de Segurança Social, o Centro Nacional de Pensões e entre outros, também o Instituto de Gestão Financeira de Segurança Social em Portugal. Através deste diploma, o sistema de Segurança Social passou a ter apoio de vários serviços com administração direta do Estado e os Centros Regionais passaram a ser dotados de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, dependendo naturalmente de decisões do Estado e do Governo em funções, mas sempre com o propósito de estar mais perto do cidadão para o apoiar em diversas situações que pusessem em causa a sua subsistência e a da sua família.

Durante os anos oitenta foi continuado o trabalho até então iniciado, aperfeiçoando algumas medidas e introduzindo outras como é o caso da criação do regime não contributivo, a criação do regime do seguro social voluntário, o enquadramento da Igreja, a reformulação do regime dos trabalhadores independentes, o reordenamento do esquema de Segurança Social dos profissionais de serviço doméstico, bem como a reformulação dos regimes de proteção social dos trabalhadores agrícolas.

Em 1984, através da Lei nº 28/84 de 14 de agosto, foi aprovada a primeira Lei de Bases da Segurança Social, da qual se destacam alguns pontos, como o reconhecimento de que a administração do sistema compete ao Estado e onde também é reconhecido o valor das Instituições Particulares de Solidariedade Social sem fins lucrativos. Esta lei garante, por exemplo, a proteção dos trabalhadores e seus agregados em caso de perda de vencimento devido a desemprego, doença ou morte.

Durante os anos 90 foram ainda tomadas medidas importantes neste âmbito e criados outros apoios como foi o caso do rendimento mínimo garantido, o complemento por dependência e foram criadas e aperfeiçoadas medidas de apoio no âmbito da ação social como, por exemplo

a criação de um enquadramento das situações em regime de voluntariado. Foi atribuído o décimo quarto mês ao pensionista, a pagar no mês de julho de cada ano. Com a publicação do Decreto-Lei nº 322/90 de 18 de outubro, foram revistas situações como o subsídio por morte, proteção na casualidade de morte dos beneficiários, tais como o subsídio por morte através de uma prestação única e a pensão de sobrevivência e outros subsídios como o abono de família e o subsídio de assistência a terceira pessoa. Foi ainda introduzido o regime jurídico das pensões de invalidez e velhice e consagrado o princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, pois até então o sexo feminino era mais beneficiado, porque apenas as viúvas tinham direito a pensão de sobrevivência. Neste âmbito, foi alterado o prazo de garantia de 10 anos para 15 anos, enquanto que a idade da pensão de velhice aumentou para os 65 anos para ambos os sexos, como refere o Decreto-Lei nº 329/93, de 25 de setembro. A licença de maternidade aumentou de 98 para 120 dias e o pai passa a ter direito a 5 dias úteis, como enunciam o Decreto-Lei n.º 347/98, de 9 de novembro e o Decreto-Lei n.º 333/95, de 23 de dezembro.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 328/93 de 25 de setembro, foi revisto o regime de Segurança Social dos trabalhadores independentes, cujo enquadramento deverá ser visto caso a caso, de acordo com os rendimentos e com o tempo de atividade.

Com o estabelecimento da segunda Lei de Bases do Sistema de Solidariedade e Segurança Social através da Lei nº 17/2000 de 8 de agosto, assegura-se que todos os cidadãos são iguais e por isso têm os mesmos direitos, entre os quais: acesso a um sistema de Segurança Social eficiente e de qualidade.

Pelo XV Governo Constitucional, foi apresentada a terceira Lei de Bases da Segurança Social através da Lei nº 32/2002 de 20 de dezembro. O sistema de Segurança Social passa a integrar três subsistemas que são o previdencial, de solidariedade e de proteção familiar, para além de também passar a contar com o sistema de ação social e com o sistema complementar. De acordo com Neves (2003), esta Lei defende que compete ao Estado as funções sociais como principal elemento a quem está incutida a responsabilidade de proteger os cidadãos.

Mais recentemente, através da Lei nº 4/2007 de 16 de janeiro, foram aprovadas as bases gerais do sistema de Segurança Social, onde foi consagrado a todos os cidadãos o direito à

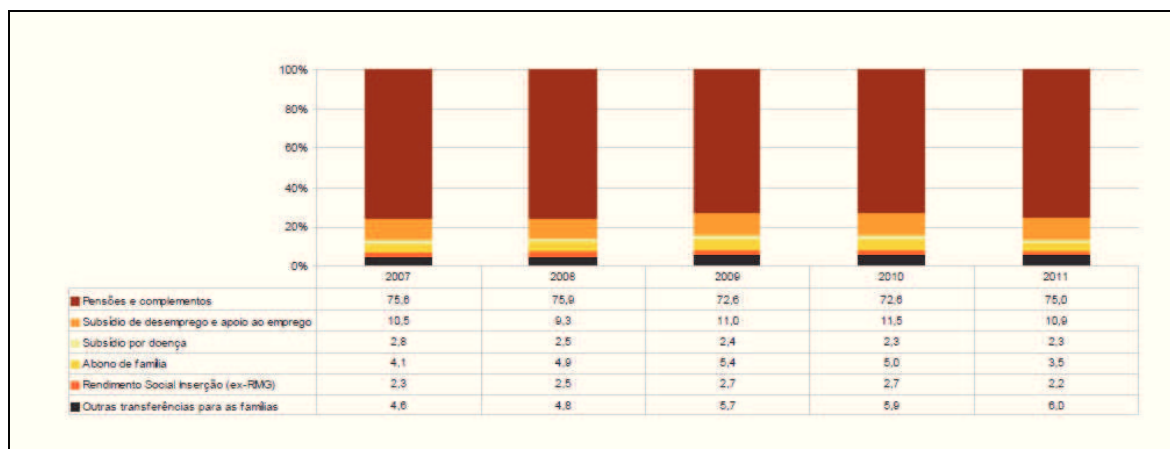
Segurança Social, como se encontra também bem esclarecido no artigo 63º da Constituição da República Portuguesa, em que o direito de todo o cidadão é concretizado mediante o próprio sistema segundo as normas instituídas na Constituição, nos instrumentos internacionais que se aplicam aos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, tendo em conta que entre o sistema de Segurança Social Português e os sistemas de Segurança Social de onde são oriundos os cidadãos residentes no nosso país, é estabelecido um protocolo que assegura uma proteção mais adequada, verificando-se assim uma convergência entre os sistemas da Segurança Social dos países envolvidos. Foram aplicadas medidas através desta Lei, entre as quais, o rendimento social de inserção, o subsídio social de desemprego, a rede nacional de cuidados continuados, sempre com o objetivo de dar resposta a situações pontuais e a casos que se vão arrastando de modo a originarem situações precárias de vivência.

### **2.3. Caraterização do atual sistema de Segurança Social Português**

O Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP) foi criado em janeiro de 2001 através do Decreto-Lei nº 45-A/2000 de 22 de março. Esta Instituição, à data denominada de Instituto de Solidariedade e Segurança Social, é uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza de Instituto Público, que é tutelado pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social cujos objetivos são: gerir os regimes de Segurança Social, garantir ao cidadão a atribuição dos direitos existentes bem como as suas obrigações e o exercício da ação social. Para além dos Serviços Centrais em todo o território nacional continental, o ISS, IP, conta com dezoito Centros Distritais, Centro Nacional de Pensões, Centro Nacional de Proteção contra os Riscos Profissionais, bem como Serviços Locais situados em cada sede de concelho, anexados a cada distrito. Para além destes serviços a nível nacional, conta também com serviços nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

No que respeita às obrigações da Segurança Social, o maior encargo para com a sociedade reflete-se no pagamento de pensões de reforma que se traduzem em pensões de invalidez e de velhice, o que na realidade é um facto. Não obstante, os encargos desta instituição para com a sociedade são bem mais.

**Figura 1 - Peso relativo da despesa real com as principais transferências correntes para as famílias (em %) 2007-2011**



Fonte: retirado de relatório da Conta da Segurança Social 2011.

Conforme podemos constatar na Figura 1, e tomando por base o ano de 2011, a despesa com pensões representa cerca de 75% do total da despesa associada a transferências correntes para as famílias. O peso da despesa com pensões apresentou, fruto de um maior peso relativo de outras prestações, em particular o abono de família e as prestações de desemprego, uma ligeira redução em 2009 e 2010.

É por este facto que a despesa com pensões se torna um fator determinante da evolução da despesa da Segurança Social. Em 2011, por exemplo, despendeu-se com pensões cerca de 14,4 mil milhões de euros.

No entanto, e considerando a abrangência das áreas de intervenção da Segurança Social, avançamos neste trabalho com a apresentação das principais prestações e respetiva caracterização.

#### **A) Subsídio de Desemprego**

Tem direito a este subsídio todo o cidadão que tenha perdido o emprego de forma involuntária, seja Português ou viva em território Português, e que nos últimos dois anos tenha trabalhado pelo menos 360 dias e descontado para a Segurança Social. Este subsídio

pago em dinheiro e mensalmente tem como finalidade compensar a perda de remunerações por ausência de trabalho.

Atualmente, este subsídio é sempre inferior ao valor que o trabalhador recebia em trabalho efetivo. O valor a atribuir não pode ser superior a duas vezes e meia o Indexante dos Apoios Sociais (IAS)<sup>4</sup>, nem inferior ao valor deste Indexante. Esta contagem é feita pelos descontos que efetuou, bem como o tempo em que eventualmente recebeu subsídio de doença ou outros subsídios no âmbito de proteção na parentalidade, exceto os subsídios sociais parentais. O período de tempo a que o beneficiário tem direito a receber o subsídio, depende da sua idade e do número de meses consecutivos em que esteve a efetuar descontos.

Têm igualmente direito a esta prestação, pensionistas de invalidez do regime geral, que após avaliação médica passaram a ser considerados aptos para o trabalho em exame de revisão da incapacidade, bem como trabalhadores de serviço doméstico com contrato de trabalho. Também, e desde janeiro de 2011, os trabalhadores agrícolas e os trabalhadores agrícolas indiferenciados, desde que sejam contratados sem termo e a tempo inteiro, e cujo vencimento mensal não seja inferior ao salário mínimo nacional, devendo ter até 60 anos de idade.

A este subsídio não têm direito trabalhadores que mantenham uma outra atividade profissional, trabalhadores ao domicílio e pensionistas, bem como todos aqueles trabalhadores que já tenham pedido pensão de velhice. Este subsídio fica suspenso quando for atribuído à mulher grávida subsídio de risco durante a gravidez ou interrupção da gravidez, quando o beneficiário se encontrar a gozar a licença de parentalidade, começar a trabalhar ou a frequentar um curso de formação e pelo qual esteja a receber uma bolsa. Neste caso, consoante o valor da bolsa poderá continuar a receber parte do subsídio. Outras situações de suspensão são quando o indivíduo se ausenta do país ou é detido por imposição da justiça.

Para continuar a receber o este subsídio, o trabalhador tem que provar que está à procura de emprego e deve também fazer as apresentações quinzenais nos locais estipulados. Para além

---

<sup>4</sup> O valor do Indexante dos Apoios Sociais é de 419,22 €.

destas obrigatoriedades, o trabalhador deve comunicar qualquer alteração que seja suscetível de terminar ou suspender a prestação<sup>5</sup>.

De acordo com o modelo criado por Pinheiro e Cunha (2007)<sup>6</sup>, apelidado de MISS (Modelo Integrado da Segurança Social), a atribuição deste subsídio depende de vários fatores, nomeadamente do número de beneficiários tendo em conta o sexo e a idade, modificação do limite imposto pelo Sistema Previdencial da Segurança Social (SPSS), bem como as alterações impostas para a atribuição do respetivo subsídio.

## **B) Subsídio Social de Desemprego**

Podem usufruir deste subsídio todas as pessoas que já não tiverem direito ao subsídio de desemprego, por força do tempo em que estão desempregadas. Assim, têm direito a este subsídio, as pessoas que tenham trabalhado e descontado pelo menos 180 dias nos últimos 12 meses, ou seja, que não tenham descontado o tempo suficiente para usufruir do subsídio de desemprego. Também têm direito os trabalhadores de serviço doméstico que trabalhem a tempo inteiro e que tenham celebrado um acordo por escrito com a entidade empregadora, onde se encontre especificado o montante do salário real, para efetivamente fazerem descontos sobre o mesmo à Segurança Social e, cujo salário se situe entre 70% e 250% do IAS, assim como, tenham idade inferior a 50 anos. Este subsídio já depende do rendimento mensal do agregado familiar, bem como, de o valor patrimonial do agregado ser de montante inferior a 100.612,80 €, o qual se traduz em depósitos à ordem, a prazo, ações, certificados de aforro ou outros ativos financeiros. Todo este valor por pessoa, não pode ser superior a 80 % do IAS. A sua duração depende do intervalo de tempo em que efetuou descontos, ou em que esteve doente, ou a receber prestações no âmbito da parentalidade.

---

<sup>5</sup> Instituto da Segurança Social, I.P..(2013) Guia Prático – Subsídio de Desemprego.

<sup>6</sup> Pinheiro e Cunha (2007)

As obrigações do beneficiário são similares às exigidas para o subsídio de desemprego, ou seja, apresentar-se quinzenalmente nas instâncias para o efeito e provar que procura emprego<sup>7</sup>.

### **C) Subsídio de Doença**

Trata-se de um valor monetário atribuído mensalmente, devido à perda temporária de incapacidade do trabalhador para o trabalho, para compensar a perda temporária de rendimentos do trabalhador e consequentemente do agregado. Para usufruir deste subsídio, o trabalhador tem que ter descontado para a Segurança Social. Têm direito a este subsídio todos os trabalhadores que tenham cumprido o prazo de garantia, isto é, que tenham efetuado descontos para a Segurança Social, pelo menos durante seis meses até à data da incapacidade.

Este subsídio não é acumulável com pensões de invalidez ou de velhice e subsídios derivados do desemprego. O beneficiário que usufrui deste subsídio, só se pode ausentar de casa para fazer tratamentos ou nas horas autorizadas pelo médico. Tem, quando convocado que se apresentar obrigatoriamente aos exames médicos e para a verificação de incapacidades, quando lhe for solicitado. Caso haja alteração de morada, tem de comunicar à Instituição essa mudança, pois no caso de ser fiscalizado ou de receber uma convocatória e não responder, o subsídio será suspenso. Deve comunicar igualmente à Instituição, caso interrompa o Certificado de Incapacidade Temporária (CIT) para voltar a trabalhar<sup>8</sup>.

Neste caso, e de acordo com o modelo MISS, o montante atribuído a elementos do mesmo sexo e idade depende das atualizações impostas unicamente para o mesmo grupo de elementos.

---

<sup>7</sup> Instituto da Segurança Social, I.P., (2012) Guia Prático – Subsídio Social de Desemprego, Inicial ou Subsequente ao Subsídio de Desemprego.

<sup>8</sup> Instituto da Segurança Social, I.P., (2013) Guia Prático – Subsídio de Doença.

#### **D) Subsídio Parental**

Este subsídio é atribuído aos pais que pedem licença pelo nascimento de um bebé. Traduz-se num apoio mensal em dinheiro que se destina a suportar as despesas do agregado pelo motivo de se ausentarem do trabalho para cuidarem do bebé. Este período pode ter duração até 120 dias ou 150 dias consecutivos consoante a opção dos pais, sendo que o sistema de remuneração é diferente. A primeira opção é remunerada a cem por cento e a segunda opção é remunerada a oitenta por cento, sendo o valor a pagar obtido a partir da média das remunerações declaradas pela entidade empregadora, equivalência de doença ou desemprego à Segurança Social, nos primeiros seis meses dos últimos oito antecedentes ao mês em que se realiza do parto, sendo este o prazo de garantia exigido. Caso estas condições não sejam cumpridas, o beneficiário poderá ter direito ao subsídio social parental. Se a licença for partilhada, no caso de 120 + 30 dias, a remuneração é de 100 %, se a opção for de 150 + 30 dias, a percentagem do subsídio será para ambos de 83 %. Nestes casos, os últimos 30 dias são para o pai, e não podem ser gozados ao mesmo tempo da mãe. Para além destes dias, o pai tem direito a gozar dez dias úteis obrigatórios durante o primeiro mês de licença da mãe, em que os primeiros cinco têm que ser gozados logo a seguir ao nascimento do bebé, e dez dias úteis facultativos durante o restante período de licença. De referir ainda, que estes dias de licença exclusiva do pai são remunerados a 100 %. No caso de gémeos, o pai para além dos dez dias tem direito a mais dois dias para além do primeiro bebé por cada período e a mãe mais trinta dias por cada bebé para além do primeiro que independentemente da licença escolhida, estes são pagos a 100 %. No caso de um nado-morto, a licença é de 120 dias e o pai só tem direito a dez dias obrigatórios. A mãe pode gozar 30 dias antes da data do parto e obrigatoriamente tem que gozar 42 dias depois da data do evento<sup>9</sup>.

#### **E) Abono de Família para Crianças e Jovens**

É um valor mensal atribuído às famílias que provem ter a seu cargo crianças e jovens. Têm direito a este subsídio crianças que residam em Portugal e não exerçam atividade

---

<sup>9</sup> Instituto da Segurança Social, I.P., (2012) Guia Prático – Subsídio Parental.



profissional. As crianças estrangeiras que residam em Portugal têm direito a abono, mas têm que apresentar título de residência válido no nosso país. A partir do ano em que a criança completar 16 anos e caso não seja deficiente, deve apresentar prova da sua situação escolar para continuar a usufruir deste subsídio. Se continuar a estudar pode receber abono até aos 24 anos, situação que sucede caso esteja a frequentar um curso superior, como referencia o Decreto-Lei 176/2003 de 2 de agosto. O valor do abono depende dos rendimentos do agregado familiar referentes ao ano anterior em que o mesmo foi pedido.

No Quadro 1 estão especificados os valores atuais para crianças até aos 12 meses de idade, dos 12 aos 36 meses e a partir dos 12 meses de idade, tendo em conta que os valores são diferentes. De referir, que o valor é multiplicado pelo número de crianças, consoante se trate de dois, três ou mais filhos, como determina o Decreto-Lei nº 245/2008 de 18 de dezembro. Existem três escalões pagáveis que são definidos pelos rendimentos do agregado, consoante evidencia a Portaria nº 1113/2010 de 28 de outubro. Quando o agregado tem rendimentos em produtos bancários, ações ou outros títulos superiores a 100.612,86 €, valor que corresponde a 240 vezes o valor IAS, como enuncia o Decreto-Lei nº 70/2010 de 16 de junho, não tem direito à prestação. No caso de só existir um adulto no agregado, o mesmo é apelidado de monoparental e acresce em 20 % o valor da prestação mensal.

**Quadro 1 – Valores do abono**

		Escalões (em €)		
		1º	2º	3º
Até aos 12 meses		140,76	116,74	92,29
Por criança dos 12 aos 36 meses	Um só filho	35,19	29,19	26,54
	Com dois filhos	70,38	58,38	53,08
	Com três ou mais filhos	105,57	87,57	79,62
A partir dos 36 meses		35,19	29,19	26,54

Fonte: Adaptado de Instituto da Segurança Social, I.P.

Os rendimentos a considerar para o cálculo da prestação de abono são derivados de rendimentos anuais, através de trabalho por conta de outrem ou independente, rendimentos

de capitais ou prediais, bolsas de estudo e de formação, prestações sociais, exceto derivadas de abono e outros rendimentos relevantes para o agregado. O cálculo é feito através da divisão entre os rendimentos e o número de crianças que recebem abono ao qual se soma uma unidade.

O quadro seguinte apresenta os valores entre os quais se situa cada escalão, sendo de referir que só os três primeiros escalões é que dão direito a pagamento de abono. De referir ainda, que as crianças que vivem em Instituições recebem sempre abono pelo primeiro escalão<sup>10</sup>.

**Quadro 2 - Os 4 escalões do rendimento de referência**

	Escalões			
	1º	2º	3º	4º
Rendimento de referência	Até 2.934,54 € (inclusive)	De 2.934,55 € a 5.869,08 €	De 5.869,09 € a 8.803,62 €	Acima de 8.803,63 €

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P.

## **F) Abono de Família Pré-Natal**

Tem direito a este apoio pago em dinheiro as mulheres que já tenham atingido as treze semanas de gravidez, que sejam portuguesas ou residam em Portugal; neste segundo caso precisam de apresentar um título de residência válido e ter carreira contributiva no nosso país. Este abono pode ser pedido até seis meses a partir do nascimento do bebé. É uma prestação que depende, tal como a anterior, dos rendimentos do agregado familiar, sendo que, a fórmula de cálculo é a mesma, em que o nascituro conta como uma criança. O quadro 2 mostra o valor a receber dependendo do escalão atribuído pelos rendimentos. Caso a mulher estiver grávida de mais que um nascituro, o valor a atribuir vai ser igual ao valor atribuído pelo escalão a multiplicar pelo número de crianças. Quando a grávida vive só com crianças no agregado, o mesmo é considerado de monoparental e como tal recebe o subsídio monoparental, que acresce em 20 % o valor da prestação. Os montantes a receber são iguais

<sup>10</sup> Instituto da Segurança Social, I.P., (2012) Guia Prático – Abono de família para crianças e jovens.

aos valores do quadro 1 para o bebé até aos 12 meses, sendo que só os três primeiros escalões são pagáveis<sup>11</sup>.

### **G) Subsídio de Funeral**

Trata-se de uma prestação única e com valor fixo, independentemente da despesa feita com o funeral. Este valor não depende dos rendimentos do requerente ou do falecido, depende sim da carreira contributiva do último. Se o falecido efetuou descontos, não tem direito a este subsídio atribuído pela Segurança Social. Para ter direito a esta prestação, o requerente e a pessoa falecida têm de ser residentes em Portugal, apresentar o recibo da agência funerária a provar que de facto foi efetuada a despesa e quando não foi atribuído subsídio por morte ou não foi superior a determinado montante, tem direito a receber o montante estipulado. Ao pedir este subsídio, o requerente deve referir se o falecido estava abrangido por algum regime obrigatório de proteção social, e se for o caso, enunciar qual o regime. Deve ser também indicada qual a causa de morte, porque se esta foi causada pela responsabilidade de terceiros, poderá ter direito a uma indemnização e assim não lhe será concedido este subsídio. Terá que ser apresentada a certidão de óbito para provar que efetivamente a pessoa faleceu<sup>12</sup>.

### **H) Rendimento Social de Inserção (RSI)**

Trata-se de um apoio em dinheiro atribuído mensalmente às famílias mais desfavorecidas que reúnam condições para a atribuição do subsídio. Estas pessoas são obrigadas a cumprir um programa de inserção onde se possam integrar profissional e socialmente, tendo para tal que se encontrar inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional e com disponibilidade total para trabalhar. O rendimento mensal de todos os elementos do agregado tem que ser inferior ao valor máximo de RSI para que tenham direito a este subsídio. Para o cálculo contam todos os rendimentos do agregado familiar, em que o rendimento do requerente tem que ser inferior ou igual a 178,15 €, no caso de indivíduo

---

<sup>11</sup> Instituto da Segurança Social, I.P., (2012) Guia Prático – Abono de família pré-natal.

<sup>12</sup> Instituto da Segurança Social, I.P., (2012) Guia Prático – Subsídio de Funeral.

maior de idade o valor deve ser até 50 % e de cada criança até 30 % deste valor de referência. De referir que o valor patrimonial do agregado deve ser inferior a 60 vezes o valor do IAS. Para um cidadão estrangeiro ter direito a este subsídio, deve residir no nosso país há pelo menos um ano, se for cidadão da união Europeia ou de países que tenham acordos com Portugal. Para cidadãos de outros países terem direito a este subsídio, têm que residir no nosso país há pelo menos três anos, excetuando naturalmente, crianças ou bebés.<sup>13</sup>

### **I) Pensão de Invalidez**

Trata-se de um valor mensal a atribuir a quem se encontre numa situação tal que o incapacite permanentemente de exercer a sua atividade profissional, a fim de garantir o seu sustento e do seu agregado. Para ser atribuída esta pensão, existe na Segurança Social um Serviço de Verificação de Incapacidades (SVI) que verifica o estado de saúde ou dependência do indivíduo, atesta as suas condições para o trabalho e que analisa também o seu estado físico e psíquico, bem como, as aptidões profissionais que possui, nomeadamente referentes às funções que desempenha na sua profissão. Todos estes valores são avaliados tendo em conta a idade do indivíduo, sendo necessário um prazo de garantia de cinco anos, consecutivos ou não, para a Instituição. Para o ano de 2013 o montante mínimo da pensão de invalidez absoluta assume o valor de 379,04 €. O beneficiário tem direito a receber a pensão até aos 65 anos de idade, momento em que esta é substituída pela pensão de velhice<sup>14</sup>.

### **J) Pensão de Velhice**

É um montante mensal pago em dinheiro às pessoas com mais de 65 anos de idade e que tenham efetuado no mínimo quinze anos seguidos ou interpolados de descontos para a Segurança Social. Tem direito a esta prestação todo o trabalhador que efetuou descontos no prazo exigido, incluindo os beneficiários que pagaram para o seguro social voluntário. Neste último caso, para ter direito à referida prestação é necessário o pagamento de 144 prestações mensais. O beneficiário poderá ter direito à pensão antecipada caso ainda não

---

<sup>13</sup> Instituto da Segurança Social, I.P., (2013) Guia Prático – Rendimento Social de Inserção.

<sup>14</sup> Instituto da Segurança Social, I.P., (2013) Guia Prático – Pensão de Invalidez.

tenha 65 anos. São condições para esta pensão o facto de ser desempregado de longa duração ou ter exercido profissões de desgaste rápido, nomeadamente, mineiros, bailarinos ou controladores de tráfego aéreo. Naturalmente, que o pagamento desta pensão é cessado quando o beneficiário falecer.

De seguida, serão apresentados os cálculos que definem os valores das pensões de invalidez e de velhice<sup>15</sup>.

### ***Cálculo do valor da pensão***

Numa primeira fase é feito o cálculo aos últimos quinze anos, donde são retirados para cálculo os melhores dez anos. Numa segunda fase, o cálculo é feito tendo como base todos os anos de descontos ao longo da carreira contributiva até ao máximo de quarenta anos.

O valor da pensão é igual a 
$$\frac{(P1 * C1 + P2 * C2)}{C}$$

onde,

C – número de anos de descontos.

C1 – número de anos de descontos efetuados até 31 de dezembro de 2006.

C2 – número de anos de descontos efetuados a partir de 1 de janeiro de 2007.

P1 – Pensão calculada com base nos 10 melhores anos dos últimos 15 anos de descontos.

P2 – Pensão calculada com base em toda a carreira contributiva, no máximo de 40 anos.

De referir que P1 só pode ser maior que 12 \* IAS se for menor que P2, ou sendo maior que P2, e ambas as variáveis maiores que 12 \* IAS, então a pensão a atribuir assume o valor de P2.

### ***Cálculo de P1:***

$$P1 = RR * 2\% * n$$

---

<sup>15</sup> Instituto da Segurança Social, I.P., (2013) Guia Prático – Pensão de Velhice.

$$RR \text{ (Remuneração de referência)} = \frac{TR_{10/150}}{140}$$

onde,

$TR_{10/150}$  – o total de remunerações dos melhores 10 anos de descontos dos últimos 15 anos.

$n$  – número de anos de descontos, entre 15 e 40 anos.

Se o tempo de descontos for inferior a dez anos, a remuneração de referência é igual ao número de remunerações a dividir por 14 e a multiplicar pelo número de anos de descontos.

### ***Cálculo de P2***

P2 toma o valor da pensão do beneficiário inscrito a partir de 1 de janeiro de 2002.

Neste caso, o montante a atribuir assume todos os anos de descontos até ao máximo de 40, ou os melhores 40 anos, caso o tempo de descontos seja superior a 40.

### ***Cálculo de Remuneração de referência (RR):***

$$RR = \frac{TR}{(n * 14)}$$

onde,

$TR$  – total das remunerações de toda a carreira, até ao máximo de 40 anos.

$n$  – número de anos de descontos, entre 15 e 40.

### ***Cálculo do valor da pensão se tiver até 20 anos de descontos:***

$$Pensão = RR * 2\% * n$$

onde,

$RR$  – Remuneração de referência.

$n$  – número de anos de descontos, entre 15 e 40 anos.

Se o beneficiário tiver descontado mais do que 21 anos, o cálculo da pensão depende de RR.

No Quadro 3 estão enunciados os valores mínimos das pensões, tendo como referência a carreira contributiva, não contemplando a pensão antecipada.

**Quadro 3 - Valor mínimo da pensão**

<b>Carreira contributiva (anos de descontos)</b>	<b>Valor mínimo da pensão (em 2013)</b>
<b>Menos de 15 anos</b>	256,79 €
<b>De 15 a 20 anos</b>	274,79 €
<b>De 21 a 30 anos</b>	303,23 €
<b>De 31 anos ou mais</b>	379,04 €

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P., (2013)

#### **K) Complemento Solidário para Idosos (CSI)**

Trata-se efetivamente de um apoio mensal em dinheiro atribuído aos idosos com mais de 65 anos, que já sejam beneficiários de pensão de velhice, pensão social de velhice, de sobrevivência, de invalidez ou também do subsídio mensal vitalício e apresentem provas de que possuem baixos recursos. Para ter direito a este subsídio, o beneficiário deverá ter nacionalidade portuguesa ou, caso tenha sido emigrante, ou seja cidadão estrangeiro deve ser residente em Portugal há pelo menos seis anos. Para o cálculo deste subsídio contam todos os rendimentos do agregado familiar e seus descendentes, estejam ou não a seu cargo<sup>16</sup>.

Como vimos, as prestações sociais cobrem distintas situações dos que contribuíram para a Segurança Social, sendo considerados beneficiários do regime geral ou contributivo e, observadas algumas condições, também para os que não contribuíram, ficando abrangidos pelo regime não contributivo.

---

<sup>16</sup> Instituto da Segurança Social, I.P., (2013) Guia Prático – Complemento Solidário para Idosos.

Obviamente, para que o Estado (via Segurança Social) consiga assegurar as prestações sociais referidas tem que associar a este panorama de despesas um conjunto de receitas. Uma análise genérica às fontes de financiamento será apresentada no ponto seguinte deste trabalho.

## **2.4. O financiamento da Segurança Social**

Como vimos, a Segurança Social tem que fazer face a um vasto leque de prestações, de entre as quais se destacam as prestações em pensões. Para tal, conta com os princípios da diversificação das fontes de financiamento e da adequação seletiva que regulamentam as suas formas de financiamento.

Sabe-se que atualmente a idade da reforma em Portugal está fixada nos 65 anos de idade, mas tendo em conta as dificuldades do nosso país a nível social, económico e financeiro, prevê-se que a curto prazo haja remodelações na Segurança Social, nomeadamente em relação ao aumento da idade da reforma, sob pena de não haver uma adequação entre as prestações exigidas e o financiamento associado.

Crê-se, no entanto, que os produtos criados pela Instituição ao longo dos tempos se mantenham (embora em valores eventualmente mais reduzidos), de forma a assegurar pelo menos, as necessidades básicas dos seus beneficiários, garantindo-lhes condições básicas de vivência.

De acordo com o MISS para cada tipo de pensão, seja de invalidez ou de velhice, é feito um cálculo baseado no valor médio de cada pensão tendo em conta se é homem ou mulher bem como a respetiva idade. As pensões já existentes são atualizadas tendo em conta a conjuntura do momento. Por outro lado, aos novos pensionistas é-lhes atribuída pensão de acordo com as leis vigentes em consonância com as contribuições feitas por cada beneficiário, assim como o montante de referência de pensão o qual provém do total dos descontos feitos ao longo da carreira contributiva. Note-se ainda que para o caso das pensões de velhice requeridas antecipadamente existem penalizações. O modelo em questão procura dar uma resposta às novas regras de atribuição de pensões e, para tal, é necessário saber



determinados dados, tais como a percentagem de contribuintes, o sexo e a idade, bem como o número de anos de descontos efetivos.

As principais fontes de financiamento da Segurança Social, a fim de poder cumprir com os seus compromissos, e de acordo com o Decreto-Lei n.º 367/2007 de 2 de novembro, são constituídas por:

a) Financiamento por quotizações dos trabalhadores por conta de outrem, por contribuições dos trabalhadores independentes, por contribuições das entidades empregadoras, devidas no âmbito dos regimes gerais de Segurança Social e, também por outras contribuições no âmbito de outros regimes de Segurança Social, ainda que de inscrição facultativa;

b) Financiamento por transferências do Orçamento do Estado;

c) Financiamento por consignação de receitas (receitas provenientes do IVA, bem como outras receitas de âmbito fiscal consignadas de forma legal e das receitas dos jogos sociais, mas apenas destinadas a despesas no âmbito da ação social).

De acordo com o Orçamento de Estado para 2012 foi previsto um apoio para a Segurança Social num valor aproximado a 6.782,7 milhões de euros, sendo este inferior em 1,1 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

É de fácil compreensão que um trabalhador efetue os seus descontos para financiar as pensões das pessoas que por força da idade ou do estado de saúde já não se encontrem no ativo, mas com a convicção de que, quando se encontrar numa situação análoga, que alguém esteja em condições de contribuir para a sua estabilidade financeira. Por vezes a pensão que a maioria dos reformados recebe não chega para as suas necessidades básicas, nomeadamente para sanar despesas de saúde e habitação de modo a poderem viver com o mínimo de dignidade. Estas pessoas são aquelas que por força da sua atividade não conseguiram juntar poupanças ao longo da vida para terem conforto na velhice, mas verem-se privados do apoio da Segurança Social seria simplesmente catastrófico.

Numa outra abordagem, consideramos pertinente introduzir referência à teoria dos três pilares. De facto, e de acordo com Carneiro *et al.* (2012), os sistemas (públicos) de pensões em Portugal baseiam-se em três pilares:

- O primeiro pilar é gerido pelo sistema público, tendo participação obrigatória dos contribuintes, seguindo as normas do sistema de repartição (*pay-as-you-go*);
- O segundo pilar é constituído e gerido pela entidade empregadora, com participação obrigatória dos intervenientes, sendo inteiramente financiado por intermediários financeiros do sector privado sendo a gestão de carteira da sua responsabilidade;
- Por fim, o terceiro pilar traduz-se num rendimento complementar para a reforma. Deve a sua gestão a intermediários financeiros que se encarregam da sua divulgação, concorrendo entre si; a participação dos intermediários é da sua responsabilidade, mas o Estado beneficia estes intervenientes com apoios fiscais significativos, sendo inteiramente autofinanciado.

Carneiro *et al.* (2012) reforçam ainda que o regime da Segurança Social faz parte do primeiro pilar e é financiado de acordo com os princípios *pay-as-you-go*, ou seja, são as contribuições sociais dos contribuintes e das entidades empregadoras os quais financiam as pensões bem como outras prestações atribuídas. Em Portugal, o segundo pilar é pouco significativo, representando apenas aproximadamente 1 % do emprego total e contribui para esquemas de pensões que são geridos e financiados por privados.

No terceiro pilar, o instrumento mais relevante são os Planos Poupança-Reforma (PPR). E apesar do Estado atribuir benefícios fiscais significativos, a sua adesão tem sido reduzida ainda que a participação nestes planos seja voluntária. Estes planos (PPR) têm uma contribuição definida, sendo orientados por fundos de pensões e seguradoras reconhecidas para este efeito, que operam sob a competência do banco central. Desde há cerca de 5 anos, a Segurança Social criou ainda um regime público de capitalização.

No que se refere à sustentabilidade dos regimes públicos de pensões, deve considerar-se que o envelhecimento da população poderá ter uma implicação direta sobre o aumento sustentado da despesa com as pensões dos sistemas públicos ao progressivo aumento de idosos com pensões e cuja esperança média de vida será cada vez maior (Carneiro *et al.*, 2012).

Os autores acrescentam ainda que o envelhecimento da população pode implicar uma diminuição do número de ativos e/ou poderá não aumentar em concordância com o número

de reformados, aumentando sustentadamente o rácio de dependência. E, perante a ausência de lucros de produtividade tão significativos, o montante a repartir crescerá de forma inferior relativamente às pensões, criando défices crónicos nas contas da Segurança Social. Perante estes factos, poder-se-á deduzir que o sistema seja considerado não sustentável.

Zaidi *et al.* (2010, pp. 1) apresentam a questão da seguinte forma: *“First, there is a concern about the financial sustainability of public welfare systems, which are affected adversely by a rising share of older age population... Second, important as fiscal prudence in public spending has become, it is also considered imperative that European social welfare systems continue to provide adequate retirement incomes and sufficient basic social services, such as health and social care, in old age.”*

Outros estudos sobre a mesma temática, como por exemplo o estudo de Rodrigues e Marvão (2007), apontam para que em 2050 a despesa total de Segurança Social terá duplicado de 15 % em 2003 para cerca de 30 % do PIB. Outros estudos sugerem aumentos menos significativos, embora apresentem conclusões conducentes ao mesmo resultado: sem uma reforma profunda do sistema de pensões as futuras receitas serão insuficientes para fazer face aos pagamentos previstos.

Carneiro *et al.*, 2012, defendem que as alterações no sistema aprovadas em 2006 através de acordo em sede de Concertação Social, e postas em prática a partir de 2007 apresentam impactos significativos nas projeções dos défices futuros dos sistemas de pensão públicos.

Do exposto acima, e atendendo aos constrangimentos macroeconómicos e demográficos, será premente a consideração de alternativas sustentáveis para os sistemas de Segurança Social. A alteração no peso relativo dos referidos “três pilares” será fundamental.

Fundamental será, também, considerar a evolução de variáveis como o envelhecimento, a natalidade, o crescimento económico (evolução do PIB), pois estas variáveis terão, obviamente, uma influência na evolução da tão desejada sustentabilidade e manutenção do sistema de Segurança Social. Consideramos por isso essencial abordar, embora de forma superficial, a evolução recente e tendências futuras de tais variáveis.

## **2.5. Variáveis que afetam a Segurança Social**

### **Enquadramento**

Neste capítulo será feita uma análise sobre quatro variáveis, a natalidade, o envelhecimento, a imigração e o produto interno bruto que estão interligadas e sobre elas incide o futuro da Segurança Social, nomeadamente no que diz respeito à sua sustentabilidade e garantia de financiamento dos produtos de que esta dispõe para dar resposta às carências e necessidades da população.

Aumentar a idade da reforma, de modo a manter os idosos por mais tempo no ativo é uma hipótese que parece estar em aberto, mas para tal deverá ser feito um estudo de acordo com a profissão exercida e as condições de saúde do indivíduo. Visto que, quanto mais tempo um idoso estiver a trabalhar, mais tarde os jovens conseguirão ingressar no mercado de trabalho, aumentando o desemprego e a sua frustração, porque em muitos casos têm mais formação que as pessoas que ainda estão no ativo, sentindo-se deste modo, desaproveitados, sendo assim mais adiada a sua inserção na vida ativa. Ao ser inserido no mercado de trabalho mais tarde, o jovem vai tardar a formar um lar, e consequentemente uma família para poder ter filhos, comprometendo assim o aumento da natalidade em Portugal.

Assim, não bastando o aumento progressivo de idosos no nosso país, cada vez mais vai diminuindo a natalidade, que neste momento já é inferior ao número de óbitos que se registam anualmente. Mas embora a natalidade esteja a diminuir em relação à mortalidade, de acordo com dados do INE, estudos feitos para o Censos 2011 apontam para um aumento da população em relação ao Censos 2001, de aproximadamente 200.000 pessoas. Talvez este fenómeno se prenda com o facto de nos últimos anos o nosso país ter acolhido um número razoável de cidadãos estrangeiros.

Desde fevereiro de 2007<sup>17</sup>, a prática do aborto deixou de ser crime em Portugal, devido aos resultados obtidos num segundo referendo realizado para o efeito, com o qual se decidiu que o aborto podia ser feito a pedido da mulher até às doze semanas de gestação. Possivelmente, também à custa deste fator, a taxa de natalidade diminuiu em Portugal.

---

<sup>17</sup> Lei nº 16/2007 de 17 de Abril.

Por um lado, com o aumento da idade da reforma os idosos são obrigados a permanecer no ativo por mais tempo, muitos já sem condições. Mas para alguns é o adiar de uma solidão que sabem que estará à sua espera, que serão as suas habituais noites a multiplicar por outros tantos dias que ficarão sozinhos. Mas este adiar da reforma, adia também o surgimento de novos talentos e novas pessoas em muitos casos melhor formados mantendo-se no desemprego ou num emprego que não é a sua área, adiando assim o seu futuro. Uma boa solução seria, provavelmente, manter a pessoa que se encontra próxima da reforma a meio tempo, colocando um jovem também a meio tempo, para este assim poder beneficiar da experiência da pessoa que brevemente se irá reformar e também da sua experiência de vida, para aquando da reforma efetiva o jovem estar preparado para o substituir (aliás, situação acolhida em vários países do norte da Europa).

Por outro lado e, com o rápido envelhecimento da população portuguesa, a questão que se coloca é de como garantir a sua estabilidade financeira quando estes se retirarem do ativo. Como será possível garantir as suas reformas, para além de outros produtos essenciais a uma vivência condigna, tal como o complemento solidário de idosos.

Por fim será feita uma análise da imigração ao longo dos últimos anos e o seu papel na sustentabilidade do sistema, bem como ao produto interno bruto e a sua evolução nos últimos anos no nosso país e no último ano nos restantes países da zona Euro.

## **Natalidade**

A progressiva baixa natalidade no nosso país está a tornar-se num problema difícil de resolver. Mesmo apesar das medidas do governo para tentar inverter esta tendência, não se preveem melhorias. As medidas existentes já vigoram desde a aplicação do Decreto-Lei n.º 308-A/2007, de 5 de setembro, o qual estabelece novos incentivos à natalidade e confere aos agregados familiares com maior número de filhos uma melhor proteção social, que é aferida pelo aumento do abono de família para crianças e jovens após o nascimento de um segundo filho, aumentando assim a prestação entre os 12 e os 36 meses de idade. Também, enquadrado neste tipo de apoios, é atribuído às mulheres grávidas que já tenham atingido as 13 semanas um apoio mensal em dinheiro até ao final da gravidez, o qual é apelidado de

subsídio pré-natal. Deve referir-se no entanto, que estes apoios dependem dos rendimentos do agregado familiar do ano anterior ao qual é feito o pedido.

Apesar de todos estes esforços de incentivo à natalidade, em Portugal o número de bebés não aumenta devido essencialmente à desfavorável situação económica do nosso país e ao facto da inserção da mulher no mercado de trabalho a fim de se afirmar no trabalho e na sociedade e ainda de prestar apoio financeiro ao agregado.

De acordo com dados do INE, em 2008 nasceram 104 594 bebés em Portugal, em 2009 nasceram 99 491 bebés, em 2010 nasceram 101 381 bebés, em 2011 nasceram 96 856 bebés e em 2012 nasceram 89 841 bebés. Pode assim verificar-se que, à exceção do ano de 2010, há um decréscimo do número de nascimentos.

No Quadro 4 está enumerada a taxa bruta de natalidade em Portugal de 1970 a 2011. Pode verificar-se que em 1970 nasceram aproximadamente 21 bebés por cada mil habitantes, valor que tem diminuído ano após ano e em 2011 nasceram apenas 9,2 bebés por cada 1000 habitantes. Pela tendência enunciada, pode deduzir-se que este valor ainda continuará a baixar.

**Quadro 4 - Taxa bruta de natalidade em Portugal**

Ano	Taxa de Natalidade
1970	20,8
1980	16,2
1990	11,7
2000	11,7
2005	10,4
2006	10,0
2007	9,7
2008	9,8
2009	9,4
2010	9,6
2011	9,2

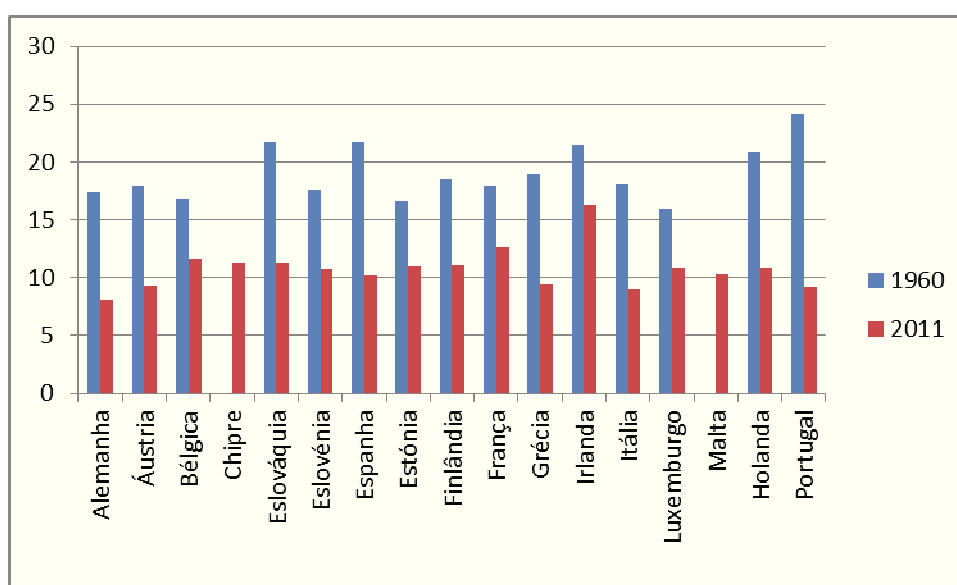
Fonte: INE, Pordata

Deve referir-se que não é só em Portugal que se verifica a diminuição da taxa de natalidade, mas também em toda a Europa. Pelo que já existe um grande número de casais que optam

por não ter qualquer filho e dos que os têm, uma boa parte decide ter um só. As famílias que têm três ou mais filhos pertencem a famílias muito ricas ou muito pobres.

Na Figura 2 podemos verificar que a taxa de natalidade na Europa tem vindo a descer desde 1960 até 2011 nos países da zona euro. De referir que não existem valores referentes a 1960, relativamente a Malta e Chipre.

**Figura 2 - Taxa bruta de natalidade na zona Euro**



Fonte: Pordata

## Envelhecimento

Com o progressivo aumento do envelhecimento e, se a curto prazo não forem tomadas medidas convenientes por parte dos respetivos governos, o aumento de encargos não se verificará só no aumento das pensões, verificar-se-á igualmente na saúde e cuidados a idosos. Para colmatar estas despesas, deverá ser feito um investimento adequado de modo a colmatar a redução de postos de trabalho, tendo em vista um aumento de contribuições para as instituições sociais (Pereira e Rodrigues, 2007).

De acordo com Fonseca (2004), o envelhecimento da população portuguesa aumentou de 8 % em 1960 para 16,4 % em 2001. Relativamente ao índice de envelhecimento, foi registado no mesmo intervalo de tempo um significativo aumento de 27,3 % para 102,2 %, isto é, passou de um valor ligeiramente superior a 708 500 para um valor que já superava os 1.700 000. Também neste período de tempo, se verificou um decréscimo de aproximadamente 36 % da população jovem.

O Quadro 5 mostra a variação do Índice de envelhecimento em Portugal entre 1970 e 2011. Pode verificar-se que o valor tem aumentado de 34,0 % em 1970 para 129,6 % em 2011, valor que provavelmente irá continuar a aumentar.

**Quadro 5 - Variação do índice de envelhecimento**

Ano	Índice de envelhecimento (%)
1970	34,0
1980	43,8
1990	65,7
2000	100,5
2005	109,4
2006	110,9
2007	112,6
2008	114,5
2009	116,5
2010	122,7
2011	129,6

Fonte: INE, Pordata

Segundo Paul e Fonseca (2005), em 2020, em cada cinco portugueses pelo menos um terá no mínimo 65 anos. Esta diferença acentuar-se-á em 2050, em que nos mesmos cinco portugueses três já terão atingido a apelidada terceira idade. Esta situação obrigará os cidadãos a encarar o envelhecimento sob três perspetivas: psicológica, de saúde e de prestação de cuidados. Através de um estudo mais incidente nestas perspetivas, poder-se-á verificar se Portugal detém as condições necessárias para acolher os cidadãos que entram nesta nova fase das suas vidas.



Em Portugal, a idade da reforma está associada ao início da terceira idade ou início da velhice, que está instituída como sendo aos 65 anos de idade para ambos os sexos. O envelhecimento pode ser visto sob a perspetiva individual o qual diz respeito à maior longevidade do indivíduo, coincidindo com o aumento da esperança média de vida. Por outro lado, o envelhecimento demográfico, o qual se define pelo aumento das pessoas idosas na população, consegue observar-se pela diminuição da população ativa.

Segundo dados do INE, até 2050 Portugal deverá sofrer um decréscimo da população, ainda que esteja previsto um aumento da natalidade para 1,7 filhos por mulher em detrimento dos atuais 1,3. Este aumento deverá ser pouco significativo a ponto de não conseguir superar o número de óbitos.

Apesar da situação precária de Portugal a nível económico, financeiro e social, tem-se verificado nos últimos anos uma crescente adaptação das instituições sociais quer estatais, quer sem fins lucrativos às necessidades e situações pontuais precárias de vivência da população. O crescimento destas instituições que têm vindo a prestar apoios muito relevantes a populações desfavorecidas, nomeadamente a idosos e famílias, tem dado frutos, na medida em que com esta proximidade adquirem melhores hábitos de higiene, alimentação e cuidados de saúde, o que origina uma maior longevidade com melhor qualidade de vida.

Tal melhoria, poderá proporcionar ao Governo a atitude de aumentar a idade da reforma com o objetivo de ter menos encargos com pensões, aumentando assim o desemprego entre os mais jovens e diminuindo a qualidade de vida destas duas faixas etárias da nossa população, uns por não terem emprego de modo a se evidenciarem na sociedade, outros a executarem um trabalho para o qual já não têm forças, prejudicando ainda mais a sua saúde.

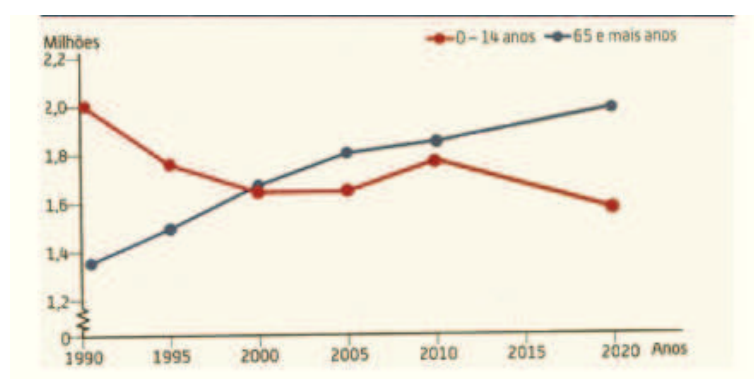
Na Figura 3 podemos verificar que em 1990 Portugal tinha mais jovens do que idosos, por volta de 1999 o número de jovens era aproximadamente igual ao número de idosos, sendo pelo primeiro ano superado em 2000. Neste momento (2013), o número de idosos já é superior ao número de jovens, sendo que desde 2010 a tendência se tem vindo a acentuar.

E se, entre 2005 e 2010 se notou um aumento do número de jovens até aos 14 anos, a partir de 2010 a diminuição do número de jovens tem sido mais acentuada em detrimento do aumento de idosos. Em 2020, conforme o gráfico, prevê-se que esta tendência esteja quase invertida, em comparação a 1990, ou seja, o número de idosos será quase igual ao número de

jovens em 1990 e por sua vez o número de jovens estará quase equiparado ao número de idosos em 1995.

Em 2005, o número de nascimentos foi pouco superior ao número de óbitos verificado nesse ano e assistiu-se a uma diminuição do número de imigrantes. Por todo este cenário, verifica-se que a população portuguesa estagnou, está a envelhecer e com dificuldades para suportar os custos do envelhecimento devido à falta de ativos.

**Figura 3 - Previsão da evolução da população jovem e idosa em Portugal entre 1990 e 2020**



Fonte: [www.prof2000.pt/users/elisabethm/geo10/envelhecimento.htm](http://www.prof2000.pt/users/elisabethm/geo10/envelhecimento.htm)

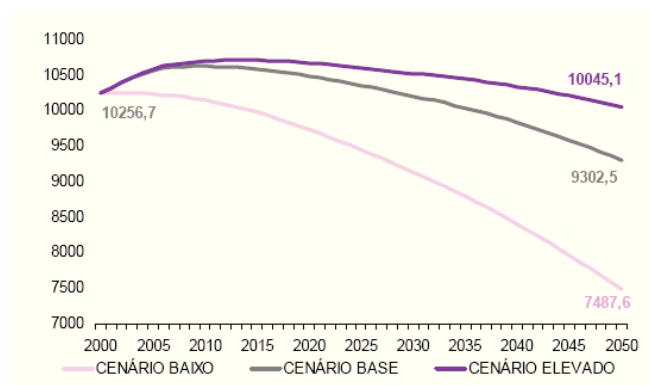
Segundo dados do INE, verifica-se uma tendência de diminuição da população portuguesa em determinadas regiões nomeadamente, nas regiões do Tâmega, do Douro e do Baixo Mondego. No entanto, é no Alentejo que se encontra a população mais envelhecida do nosso país, seguido do Centro do país e do Algarve. As regiões menos envelhecidas do país são a Madeira e os Açores, devido a uma natalidade mais elevada.

O envelhecimento deve-se à baixa natalidade existente em Portugal, à diminuição da mortalidade e ao aumento da esperança média de vida, devido essencialmente à qualidade da assistência médica, dos apoios domiciliários e aos avanços da medicina. No nosso país, nos anos 60, a esperança média de vida era de 61 anos para os homens e de 67 anos para as mulheres, em 2005 já era de 75 anos para os homens e de 81 anos para as mulheres. Prevê-

se que em 2050 a esperança média de vida se situe nos 79 anos para os homens e nos 84,7 anos para as mulheres<sup>18</sup>.

Estima-se que o número de idosos poderá duplicar até 2050, podendo mesmo atingir os 32 % da população residente em Portugal. Já a população jovem nesta data poderá não ser superior a 13 %, segundo estimativas do INE, onde se pode verificar que Portugal poderá ver diminuir a sua população até chegar próximo dos 9 milhões e 300 mil habitantes em 2050. Mas, em qualquer dos cenários a população não será muito superior a 10 milhões de habitantes, e num cenário mais desfavorável poderá descer nesta data para os 7,5 milhões, como se encontra referido no gráfico abaixo exposto.

**Figura 4 - População residente em Portugal entre 2000-2050 (em milhares de habitantes)**

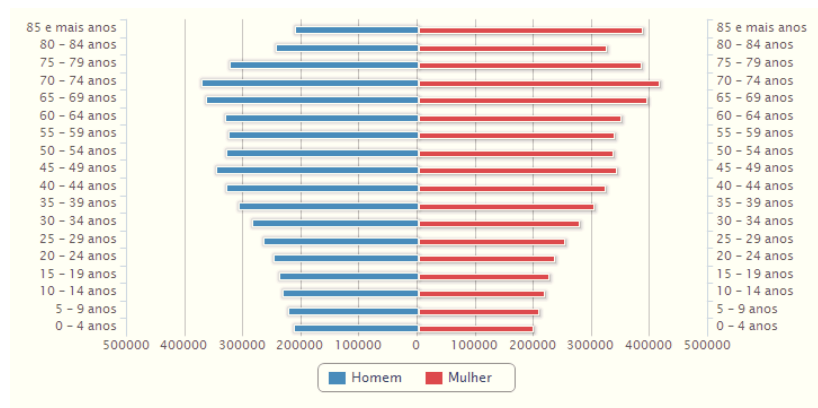


Fonte: INE

A pirâmide etária que se segue na figura 5 projeta a população portuguesa em 2050. A nota mais relevante que se pode retirar desta análise é uma diferença acentuada entre o número de crianças até aos quatro anos e o número de idosos, valor que reflete a diminuição progressiva da natalidade em Portugal em detrimento do aumento do número de idosos.

<sup>18</sup> [www.prof2000.pt/users/elisabethm/geo10/envelhecimento.htm](http://www.prof2000.pt/users/elisabethm/geo10/envelhecimento.htm).

**Figura 5 - Projeções da população residente em Portugal para o ano de 2050**



Fonte: INE

No Quadro 6 pode analisar-se o número de indivíduos em idade ativa por idoso em Portugal entre 1971 e 2011. Pode verificar-se que o valor tem diminuído progressivamente de 6,4 ativos por cada idoso em 1971 para 3,4 ativos por cada idoso em 2011, valor que provavelmente irá continuar a diminuir, devido ao aumento do número de idosos em detrimento da diminuição do número de crianças e jovens.

**Quadro 6- Número de indivíduos**

Ano	Número de indivíduos
1971	6,4
1980	5,6
1990	4,9
2000	4,2
2005	3,9
2006	3,9
2007	3,9
2008	3,8
2009	3,8
2010	3,6
2011	3,4

Fonte: INE, Pordata

No quadro seguinte está evidenciada a taxa bruta de mortalidade em Portugal de 1970 a 2011. Pode verificar-se que em 1970 faleceram aproximadamente 11 pessoas por cada mil habitantes, valor que em 2011 era de 9,7 óbitos por cada 1000 habitantes. Mas principalmente, a partir de 2009 foi superior à taxa bruta de natalidade (quadro 4). Pela tendência enunciada, pode deduzir-se que este valor manter-se-á sem grandes oscilações.

**Quadro 7- Taxa bruta de mortalidade em Portugal**

Ano	Taxa de mortalidade
1970	10,7
1980	9,7
1990	10,3
2000	10,3
2005	10,2
2006	9,6
2007	9,8
2008	9,8
2009	9,8
2010	10,0
2011	9,7

Fonte: INE, Pordata

## **Imigração**

A imigração acontece quando no seu país de origem, o imigrante não tem condições de subsistir devido à escassez de emprego ou ao baixo ordenado. Assim, o indivíduo tende a procurar um país onde os ordenados são mais elevados ou a taxa de desemprego é mais reduzida. Normalmente, o imigrante executa no país de destino trabalho precário e não legalizado, assumindo funções secundárias em áreas onde há mais dificuldade de encontrar recursos humanos, devido à precariedade do trabalho (Peixoto, 2002).

Portugal foi desde sempre considerado um país de emigrantes, mas nos últimos anos, o nosso país começou a ser visto como um país onde se vive bem e se sabe receber bem. Por isso, passou a ser um polo atrativo de pessoas que procuram um país para viver e trabalhar, fazendo assim evoluir a nossa sociedade e criando valor no nosso país. O que interessa é

saber de que modo se irão organizar estas novas comunidades e qual a repercussão da sua cultura nas comunidades já existentes (Seguro *et. Al.*, 2002).

A preocupação de um país ou região é promover uma integração de qualidade aos imigrantes que entram num território que não é o seu e, caso seja necessário, tratar cada situação de forma personalizada. Este tratamento é feito com base num enquadramento ideológico-político. Têm sido feitos esforços no sentido de haver igualdade de tratamento, quanto aos direitos e obrigações. Em Portugal, principalmente desde 2001, foram permitidas mais de 130 mil entradas referentes apenas a cidadãos do Leste Europeu (Marques e Rosa, 2003).

Segundo Pires, (2007), a imigração em Portugal pode descrever-se em quatro fases:

- Uma primeira fase, que começa em 1975 com a independência das colónias ultramarinas e se estendeu até meados dos anos 80. Os imigrantes, geralmente pouco qualificados, são essencialmente de Cabo Verde e Guiné Bissau e também de Angola, em grande parte refugiados e com vontade de sair da guerra civil em que o país estava mergulhado;
- Uma segunda fase, que se verificou desde a segunda metade da década de 80, mais concretamente desde a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia e se estendeu até aos finais do século XX. Continuavam a procurar o nosso país os imigrantes vindos de África. Neste intervalo de tempo, a imigração quase quadruplicou, passando de 58 mil para 191 mil pessoas no finais do século;
- Uma terceira fase acontece com a chegada do século XXI em que aumenta a imigração no nosso país, vinda nomeadamente dos países da Europa de Leste, do Brasil e de África, embora num fluxo mais desacelerado. Nesta altura, a imigração de Leste, predominantemente Ucrânia, chegou a ultrapassar as 64 mil pessoas;
- Uma quarta fase coincidiu com a recessão económica portuguesa e estende-se até aos nossos dias. Assiste-se nesta fase a uma diminuição da imigração Africana e com muitos imigrantes de Leste a regressarem aos seus países de origem, principalmente devido à dificuldade de renovação de autorização de residência. Apenas continua o fluxo da imigração Brasileira.

Por seu lado, para Machado (2003), a imigração em Portugal associa-se principalmente às áreas de trabalho afetas à construção civil, nomeadamente, a Expo 98 e mais tarde o Euro 2004, tendo-se depois alargado a outras áreas como a hotelaria e o turismo. No que diz respeito às habilitações literárias, os imigrantes de Leste são os que têm na sua generalidade mais formação, mas que normalmente tal não se traduz na profissão que exercem no nosso país.

Segundo Vitorino (2007), Portugal a esta data contava com aproximadamente 400 mil imigrantes, que por si só representavam 10 % da população ativa e aproximadamente 5 % da população total. Os movimentos migratórios devem-se ao fenómeno da globalização e da situação económica do país de origem. Esta vontade de procurar um outro país para recomeçar uma vida nova deve-se ao desejo de fugir à opressão, à fome e à miséria vigentes nos países de onde são oriundos.

De acordo com Pires (2007), a imigração no nosso país que se tem centrado em áreas onde era exigida uma menor qualificação profissional, tem tendência a estender-se a áreas onde são exigidas pessoas com mais qualificações, mais concretamente nas áreas da saúde e da proteção social.

O fluxo de imigrantes em Portugal contribui, efetivamente, para o aumento de efetivos no mercado de trabalho e contribui com mão-de-obra em áreas onde há carência de efetivos em Portugal (Cruz, 2007).

A entrada em vigor do Decreto-Lei 4/2001, de 10 de janeiro veio autorizar a permanência de imigrantes em Portugal e confirmar a elevada incursão de oriundos do Leste Europeu, até então pouco significativa e colocarem-se rapidamente na região do Globo com mais imigrantes no nosso país. A assimetria a nível nacional verifica-se também a nível dos imigrantes que escolhem o nosso país. Sendo assim, Lisboa, Setúbal, Porto, Braga, Aveiro e Faro são os distritos que têm maior número de imigrantes (Lages *et al.*, 2006).

As principais razões para os imigrantes do Leste Europeu saírem do seu país, de acordo com Baganha *et al.* (2010), deve-se ao desmembramento da União Soviética, que deu origem à mudança da economia e dos sistemas de governação. Outra razão foi o facto de a diferença salarial entre os países do Leste Europeu e dos restantes países da União Europeia ser significativa. O aumento dos imigrantes no nosso país, e ainda de acordo com estes autores,

deve-se à promoção feita de Portugal nos países de origem, nomeadamente na Ucrânia, onde eram oferecidos conjuntos de produtos que incluíam a viagem, os documentos de autorização de residência, o transporte e o contrato de trabalho com um ordenado mensal em quaisquer dos casos superior ao que auferiam no seu país de origem. De acordo com um estudo feito em 2002 por estes autores, o imigrante tipo que entrou em Portugal nessa data era Ucrâniano, do sexo masculino, com idade até 40 anos, casado, com um ou dois filhos, que provavelmente não virão para Portugal. Neste estudo, 29,9 % dos inquiridos imigraram com o cônjuge, ao passo que 41,6 % vieram sós, mas por norma, mais tarde virá o outro elemento do casal. Em geral são portadores de curso superior ou de curso técnico-profissional.

Os efeitos positivos que os imigrantes proporcionam num país como o nosso, são (Conselho económico e social, 2006):

- Aprendizagem de novas culturas nas comunidades onde se inserem, enriquecendo assim os seus padrões culturais;
- A nível económico, o volume de negócios proporcionado pelos imigrantes corresponde a 5 % do PIB;
- Os impostos e contribuições pagas pelos imigrantes superam os encargos que lhes estão associados, nomeadamente através dos apoios prestados pela Segurança Social, ajudando assim ao seu reequilíbrio;
- A nível demográfico, sendo os imigrantes na sua generalidade jovens, há uma forte tendência a formar família no nosso país ou a criar condições para imigrarem os restantes elementos do núcleo familiar;
- Riqueza para os países de onde os imigrantes são oriundos.

Apesar de estar a decrescer, a população estrangeira residente em Portugal no ano de 2011 era de 436.822 cidadãos (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2012).

No Quadro 8, estão representados os países que em Portugal têm maior número de imigrantes. Pode verificar-se que o Brasil é o país que tem maior comunidade em Portugal, a comunidade Ucrâniana está em segundo lugar, seguida de Cabo Verde, Roménia, Angola e Guiné-Bissau é o sexto país mais representado em Portugal.



**Quadro 8 - Países com maior número de imigrantes em Portugal (2011)**

País	Número de imigrantes
Brasil	111.445
Ucrânia	48.022
Cabo Verde	43.920
Roménia	39.312
Angola	21.563
Guiné-Bissau	18.487

Fonte: Adaptado de SEF, 2012

A nível distrital e de acordo com o mesmo relatório, o quadro abaixo apresenta a distribuição de imigrantes por distrito, incluindo as Regiões Autónomas. Pode verificar-se que os distritos do litoral são os preferidos em relação aos distritos do interior do país. Lisboa, Faro, Setúbal e Porto são os distritos que têm sido mais escolhidos pelos imigrantes. Em relação às Regiões Autónomas, os Açores e a Madeira têm 3.402 e 6.774 imigrantes, respetivamente.

**Quadro 9 – Distribuição dos imigrantes por distrito (2011)**

Distritos	Total	Distritos	Total
Aveiro	13.716	Lisboa	188.259
Beja	6.966	Portalegre	3.078
Braga	10.174	Porto	24.824
Bragança	2.264	Santarém	14.322
Castelo Branco	3.101	Setúbal	45.158
Coimbra	12.516	Viana do Castelo	3.444
Évora	4.977	Vila Real	2.268
Faro	68.953	Viseu	4.987
Guarda	1.819	Açores	3.402
Leiria	16.720	Madeira	6.774
<b>Total Nacional</b>		<b>436.822</b>	

Fonte: Adaptado de SEF, 2012

Um outro motivo da imigração (Rodrigues, 2007) é a crise económica que se vai acentuando em alguns países, obrigando os seus habitantes a imigrar para assim poderem fugir à fome e à miséria. Outro motivo também de grande importância, e ainda segundo a autora, é o facto de Portugal ter aderido ao Acordo de Schengen. O Acordo de Schengen é um acordo instituído em 1985 por vários países Europeus ao qual Portugal aderiu em 1991<sup>19</sup>, no qual foi facilitada a livre circulação de pessoas e bens através das fronteiras internas abolidas pelos países que iam aderindo a este acordo.

Para além destes países, Portugal tem recebido igualmente imigrantes vindos de países como Espanha, Reino Unido e Alemanha. Esta emigração deve-se fundamentalmente, segundo Falcão (2002), à implantação de empresas multinacionais e também à escolha do nosso país por reformados. No caso dos trabalhadores destes países, estes são técnicos especializados que trabalham nas empresas ou se afirmam como trabalhadores independentes. Este fluxo de profissionais especializados dever-se-á manter durante mais alguns anos, nomeadamente os vindos de Espanha e da área da medicina em concreto.

De acordo com a Organização Internacional das Migrações, atualmente existem aproximadamente 214 milhões de imigrantes em todo o mundo, o que corresponde a 3,1 % da população total. Este valor é inferior ao valor estimado no início do século XXI. No que respeita ao continente Europeu e ainda de acordo com este organismo, em 2010, este tinha aproximadamente 72 milhões de imigrantes.

### **Produto Interno Bruto**

Pode definir-se Produto Interno Bruto (PIB) como sendo o resultado do somatório dos produtos finais das diversas organizações que estão em exercício num determinado país, excetuando os seus consumos intermédios, não medindo este indicador o bem-estar dos cidadãos nem a sua felicidade. Uma outra limitação deste indicador é facto de não registar no seu tratamento o trabalho doméstico e o trabalho efetuado em regime de voluntariado (Damásio e Mah, 2011).

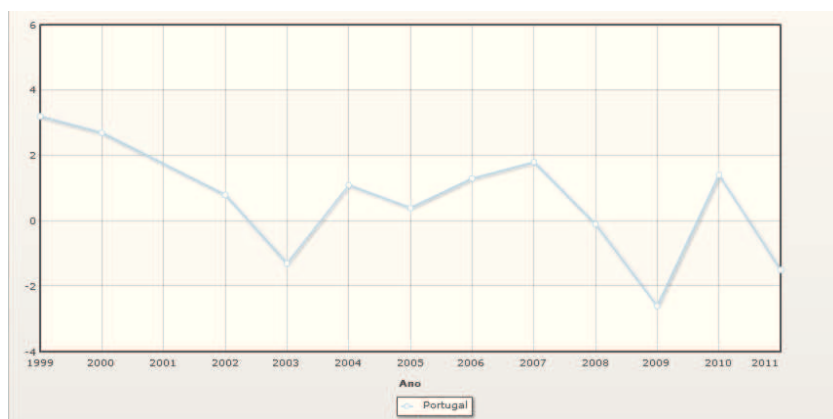
---

<sup>19</sup> DGAJ (2010)

Segundo Frank e Bernanke (2003), o Produto Interno Bruto define-se como sendo o resultado que advém do cálculo obtido da produção de bens e serviços num determinado intervalo de tempo, num determinado país. De todas as medidas existentes, é esta a que mais se adequa a este cálculo.

De acordo com a Figura 6, verifica-se que o valor do PIB em Portugal tem vindo a oscilar bastante, sendo que em 2009 e em 2011 apresentou valores problemáticos.

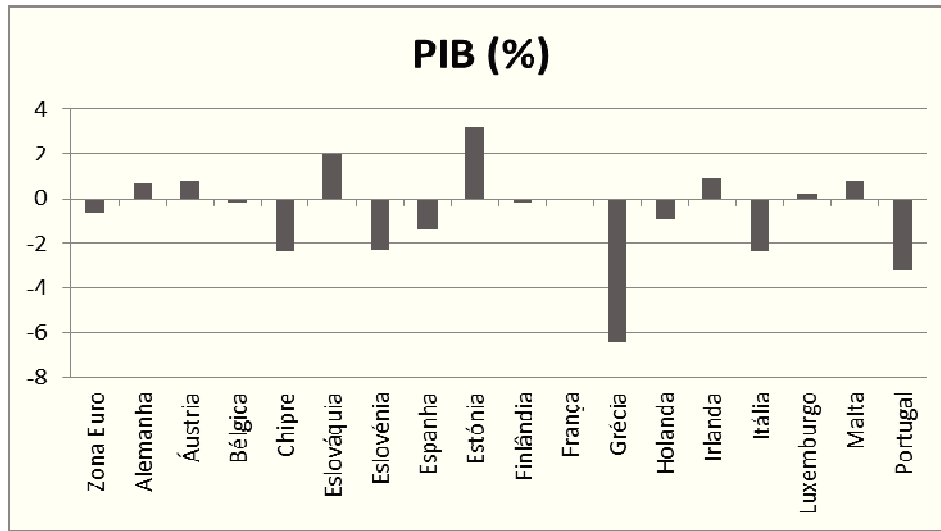
**Figura 6 - PIB em Portugal – Taxa de crescimento real (%)**



Fonte: [www.indexmundi.com](http://www.indexmundi.com)

De acordo com o gráfico da figura 7, e em relação à taxa de crescimento do PIB em 2012, verifica-se que a Estónia e a Eslováquia apresentavam um valor de 3,2 % e 2 %, respetivamente. A Irlanda, a Áustria, Malta, a Alemanha, o Luxemburgo, a França, a Bélgica e a Finlândia apresentavam um valor superior à média da zona Euro que era de - 0,6 %. Grécia e Portugal apresentavam a taxa de crescimento mais baixa deste grupo em estudo, que era respetivamente de - 6,4 % e - 3,2 %.

**Figura 7 - Taxa de crescimento real do PIB na zona Euro, em 2012**



Fonte: Eurostat

Há vários anos que a questão da sustentabilidade do sistema financeiro da Segurança Social vem sendo analisada e discutida na sociedade portuguesa. A falta de crescimento económico é neste panorama um aspeto crucial. Obviamente, uma das causas por de trás do problema é a baixíssima taxa de natalidade da população portuguesa e o aumento da esperança média de vida. Ora, também aqui, a imigração tem um papel fundamental na mitigação de ambos os problemas.

De facto, em função da disponibilidade de nova e desagregada informação e, também, em função de alterações da legislação, de novas previsões dos cenários de curto, médio e longo prazo, não apenas das variáveis macro-económicas mas também demográficas, a análise e as medidas associadas à sustentabilidade da Segurança Social devem ser repensadas/ajustadas.

## 3. Estudo Comparativo

---

### 3.1. Introdução

Após a análise da revisão de literatura em que se baseia este estudo e da caracterização das bases dos sistemas de Segurança Social, passa a apresentar-se, neste capítulo, a análise através da qual procuramos alcançar alguns dos resultados pretendidos para esta tese.

O presente capítulo está dividido em duas secções principais. A primeira secção apresenta a definição dos objetivos específicos de análise. Na segunda secção será apresentada uma análise descritiva dos sistemas de Segurança Social dos países considerados no estudo, bem como uma análise comparativa dos principais indicadores.

Este estudo, pela sua natureza não experimental, pode ser caracterizado como um estudo descritivo, pois nele pretende descrever-se com exatidão os factos e fenómenos de uma determinada realidade.

A questão fundamental num estudo descritivo é que nesta modalidade o investigador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la. Pretende, então, descobrir e observar fenómenos, procurando conhecer a sua natureza, a sua composição, os processos que o constituem ou nele se realizam. Os dados obtidos para análise e interpretação podem ser quantitativos, quando expressos mediante símbolos numéricos, ou qualitativos, utilizando-se palavras para descrever o fenómeno.

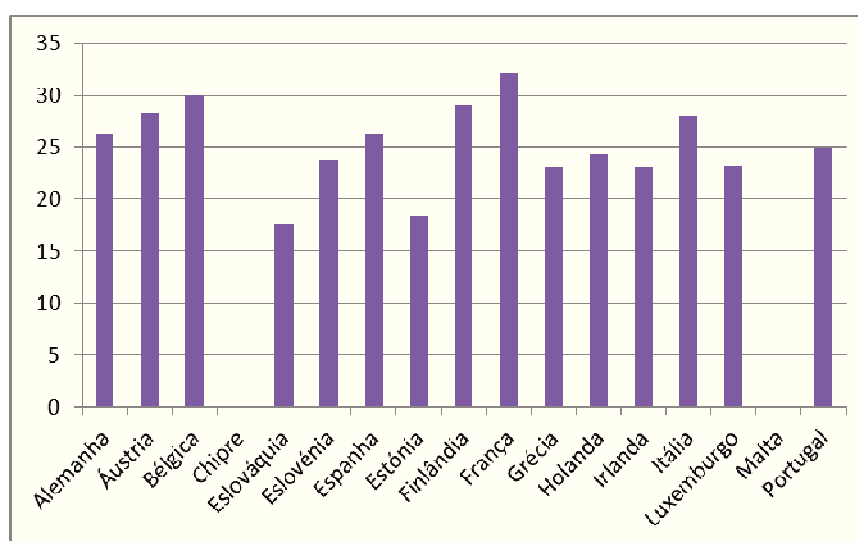
Segundo Miles e Huberman (1984) a análise qualitativa de dados apresenta-se em três fases: a redução dos dados; a apresentação dos dados; a interpretação/verificação das conclusões. Dependendo da técnica utilizada serão seleccionadas as etapas da análise. No entanto, uma análise qualitativa é essencialmente de carácter interpretativo e, como tal, Miles e Huberman (1987) apontam para a necessidade de os investigadores atribuírem bastante importância a esta vertente e afirmam “que o recurso a modos de apresentação que reduzam e estruturam os dados é uma importante via de aperfeiçoamento da análise dos dados qualitativos”.

Nesta secção pretendemos apresentar, comparando, um conjunto de dados relativos aos vários países alvo de análise. Objetivamos apresentar em determinada data, consoante os dados disponíveis, a situação dos países em estudo em relação a variáveis que previamente foram descritas como afetando atualmente e futuramente o funcionamento e sustentabilidade do sistema de Segurança Social.

No gráfico da Figura 8, está representada a percentagem do PIB que o Estado de cada país disponibilizou em 2012 para o sistema de Segurança Social. Assim, a França é o país que apresenta maior valor com 32,1 %, seguida da Bélgica com 30 %, da Finlândia com 29 % e da Áustria com 28,3 %. O Estado Português disponibilizou 25 %, valor que é superado pelos países acima referidos assim como pela Itália (28,1 %), Espanha (26,3 %) e Alemanha (26,3 %). Neste estudo onde não foram encontrados valores para Malta e Chipre, o país que disponibiliza um valor mais baixo é a Eslováquia com 17,6 %.

Será razoável supor que em momentos de recessão, onde as restrições económicas e orçamentais afetam as taxas de crescimento económico, também os montantes afetos aos apoios sociais, mesmo mantendo o impacto percentual, possam sofrer restrições em valores absolutos. Esta situação acontecerá em momentos onde os referidos apoios serão mais solicitados.

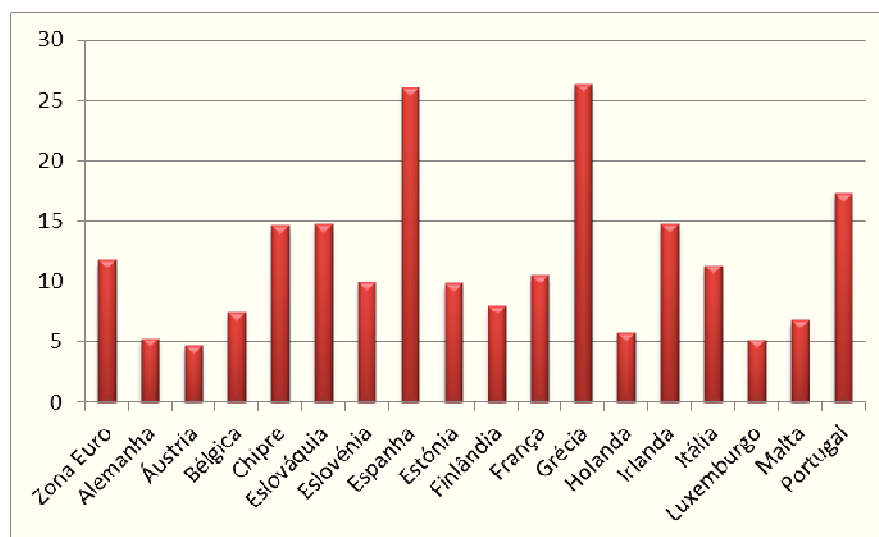
**Figura 8 - Percentagem do PIB para a Segurança Social**



Fonte: OCDE

No que se refere à taxa de desemprego representada no gráfico da Figura 9, com referência ao fim de 2012, verifica-se que a Grécia é o país que tem a maior taxa de desemprego com 26,4 %, seguida da Espanha que apresenta uma taxa de 26,1 %. Portugal apresenta a terceira taxa mais elevada de 17,3 %, muito acima da média da zona euro que a esta data se situava nos 11,8 %. De referir ainda que o país que apresenta a taxa mais baixa deste grupo é a Áustria, cujo valor é de 4,7 %.

**Figura 9 - Taxa de Desemprego na zona Euro (2012)**

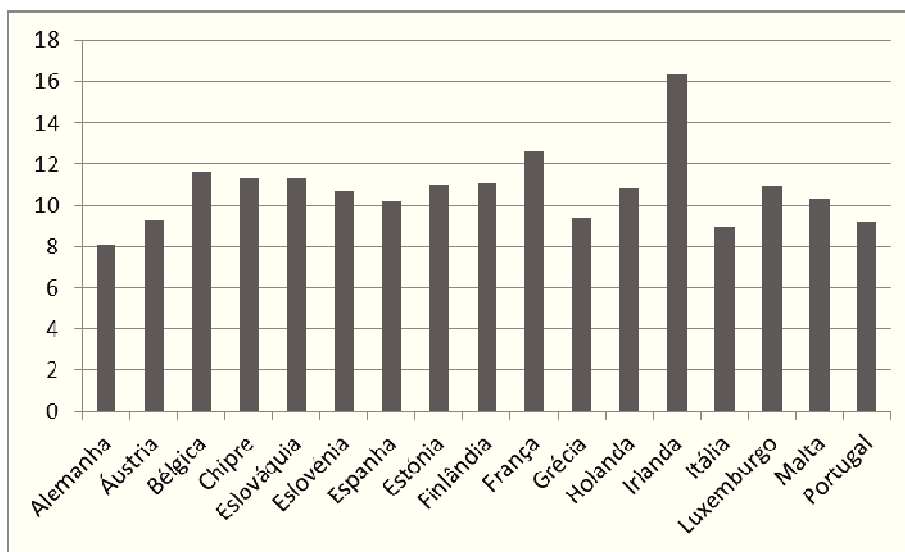


Fonte: Eurostat

A elevada taxa de desemprego terá, obviamente, implicações na afectação de montantes cada vez maiores no apoio social aos desempregados, elevando as necessidades dos gastos do Estado e da Segurança Social.

Considerando ainda a influência da taxa de natalidade no futuro do sistema de Segurança Social, verificamos no gráfico abaixo os níveis da taxa bruta de natalidade nos países em estudo em 2011. A Irlanda é o país que apresentava a maior taxa nos países em estudo, 16,3 nados-vivos por cada 1000 habitantes. Portugal apresentava à data um valor de 9,2, que supera os valores apresentados na Alemanha e na Itália que são de 8,1 e de 9, respetivamente.

**Figura 10 - Taxa bruta de natalidade**



Fonte: Pordata

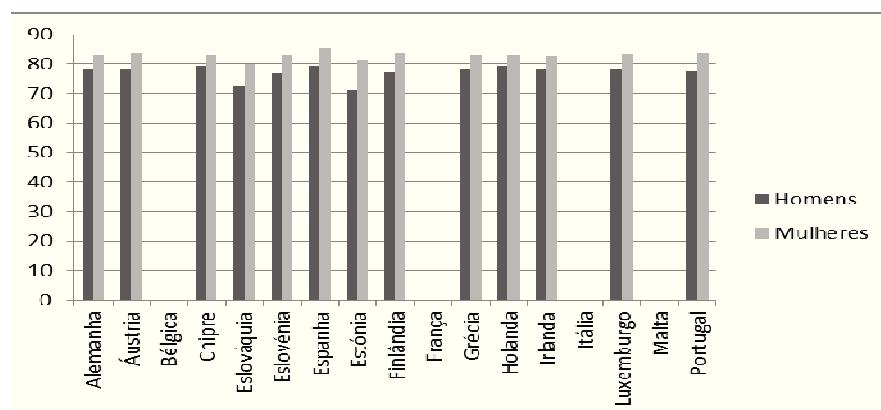
No que se refere à esperança média de vida, propomo-nos a analisar a esperança média de vida na zona Euro, análise que será realizada por sexo e também a esperança média de vida após os 65 anos (atual idade de reforma em Portugal) – Figuras 11 e 12, respetivamente.

Assim, verificamos em primeiro lugar que em todos os países analisados a esperança média de vida das mulheres é superior à dos homens. A Espanha é o país em que a esperança média de vida é mais elevada tanto para os homens como para as mulheres. Na Estónia, a esperança média de vida nos homens para 2011, é a mais baixa deste grupo atingindo apenas 71,2 anos. Por outro lado, é na Eslováquia em que a esperança média de vida das mulheres é a mais baixa, sendo de 79,8 anos de idade. Em Portugal a esperança média de vida para os homens e para as mulheres é de 77,6 e de 84 anos, respetivamente.

O gráfico da Figura 12, representa a esperança média de vida que se verificou em 2011, para ambos os sexos após os 65 anos.



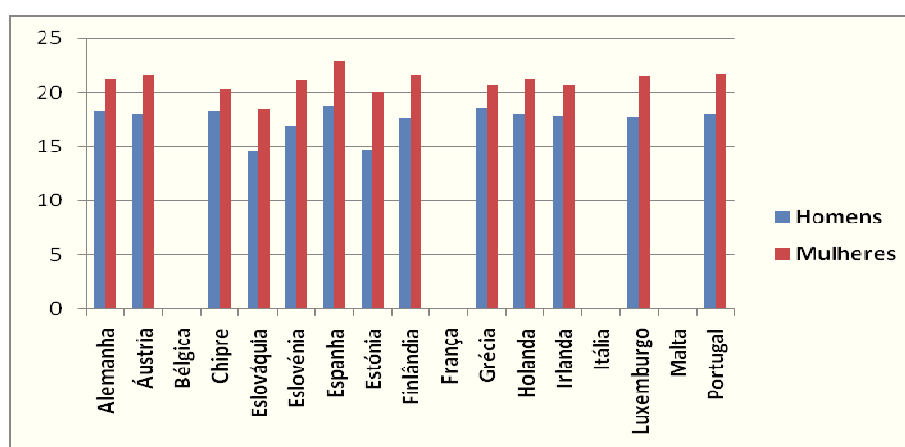
**Figura 11 - Esperança média de vida por sexo**



Fonte: Pordata

Tal como no gráfico da Figura 11, também no gráfico da figura 12 não existem dados disponíveis para a Bélgica, França, Itália e Malta. A primeira ilação que se pode retirar é que, em concordância com o gráfico da figura 11, as mulheres têm maior esperança de vida depois dos 65 anos que os homens. Também na Espanha se pode verificar que as mulheres e os homens são os que vivem mais tempo em média, nomeadamente 22,9 e 18,7 anos. A Eslováquia é o país onde os homens e as mulheres vivem menos tempo depois dos 65 anos, nomeadamente 14,5 e 18,4 anos. Quanto a Portugal, os homens têm uma esperança de vida em média de mais 18,1 anos e as mulheres de mais 21,8 anos.

**Figura 12 - Esperança média de vida por sexo, após os 65 anos**



Fonte: Pordata

### 3.2. Objetivos específicos do estudo comparativo

Neste estudo comparativo pretendemos analisar e comparar o atual enquadramento, em termos de Segurança Social, de um conjunto de países da união europeia. Pretendemos analisar a forma como as políticas de apoio às pessoas/famílias estão a ser financiadas em cada país, quais as condições de acesso às principais prestações sociais e os montantes e prazos das mesmas.

É nosso propósito assinalar, de uma forma clara, as diferenças e semelhanças que possam existir entre os países, destacando em alguns casos a evolução/progressos mais recentes feitos em matéria de Segurança Social.

No desenvolvimento do nosso estudo irão ser considerados 17 países da união Europeia. Serão assim analisados os Países que fazem parte da União Europeia e que já aderiram à moeda única europeia – o Euro. Assim, os países em estudo são, para além de Portugal, a Alemanha, a Áustria a Bélgica, o Chipre, a Eslováquia, a Eslovénia, a Espanha, a Estónia, a Finlândia, a França, a Grécia, a Irlanda, a Itália, o Luxemburgo e Malta.

Pretendemos sistematizar a informação relativa aos países em estudo e assim, apresentar um conjunto de sínteses comparativas, que mostram as diferenças/semelhanças relativas a um conjunto de indicadores associados aos sistemas de Segurança Social.

A generalidade dos dados sobre os sistemas de Segurança Social foi obtida no MISSOC (*EU's Mutual Information System on Social Protection*) (<http://ec.europa.eu>)

Serão analisadas as principais prestações nos países em estudo, assim como o seu modo de financiamento com o objetivo de saber como as mesmas estão a ser oferecidas aos seus beneficiários. As prestações em análise são respeitantes ao desemprego, pensão de velhice, doença, maternidade e abono de família.

### 3.3. Análise Comparativa

#### Contribuições gerais de entidades empregadoras e empregados

No Quadro 10 são apresentados os modos de financiamento, no que respeita às contribuições identificadas dos 17 países considerados no nosso estudo. Estas contribuições serão analisadas nomeadamente no que diz respeito a contribuições gerais impostas por cada Estado aos contribuintes e às entidades empregadoras.

**Quadro 10 - Contribuições gerais de entidades empregadoras e empregados**

Países	Modo de financiamento
Alemanha	Nenhuma contribuição geral.
Áustria	Nenhuma contribuição geral.
Bélgica	Contribuição geral de 37,84 %, sendo que: Entidade empregadora – 24,77 %; Empregado – 13,07 %.
Chipre	Contribuição geral de 13,6 %, sendo que: Entidade empregadora - 6,8 % dos lucros declaráveis; Empregado: 6,8 % dos lucros declaráveis; Trabalhadores independentes - 12,6 % do rendimento apresentado.
Eslovénia	Nenhuma contribuição geral.
Eslováquia	Nenhuma contribuição geral.
Estónia	Contribuição da Entidade empregadora 33 %: Colaboradores: Sem contribuições; Independentes: 33 %.
Espanha	Contribuição geral de 28,3 %, sendo que: Entidade empregadora: 23,6 %; Empregado: 4,7 %.
Finlândia	Nenhuma contribuição geral.
França	Nenhuma contribuição geral.
Grécia	Nenhuma contribuição geral.
Holanda	Nenhuma contribuição geral.
Irlanda	Contribuição geral de 8,25 %, dos quais: Entidade empregadora – 4,25 %; Empregado – 4,0 %; No caso de o salário ser inferior a 352 €, está isento de contribuições.

Países	Modo de financiamento
<b>Itália</b>	Nenhuma contribuição geral.
<b>Luxemburgo</b>	Nenhuma contribuição geral.
<b>Malta</b>	As contribuições dependem do salário base semanal e da idade do empregado. Para os contribuintes nascidos até 1962 varia de 15,81 € a 33,50 €; Para as pessoas nascidas depois de 1961, a contribuição é de 37,85 €; Trabalhadores independentes: varia de 27,25 € a 50,24 €, para trabalhadores nascidos até 1961. Para trabalhadores nascidos depois de 1962, o valor a pagar é de 56,78 €; Quando o rendimento anual não atinge os 7 985 €, o valor semanal a pagar é de 23,03€.
<b>Portugal</b>	Contribuição geral de 34,75 %, 31,8 %, ou 32,8 % dos quais: Entidade empregadora com fins lucrativos – 23,75 %; Entidade empregadora sem fins lucrativos – 20,8 % (IPSS), 21,8 % (Outras); Empregado – 11,0 %.

Fonte: Adaptado de Missoc, 2012

No que respeita às contribuições gerais de entidades empregadoras e empregados, Portugal situa-se entre os países onde é exigido uma maior contribuição quer às entidades empregadoras quer aos empregados. No que diz respeito às primeiras, Portugal apenas é ultrapassado pela Bélgica e pela Estónia. Já no que respeita às contribuições dos trabalhadores, apenas na Bélgica se encontram contribuições superiores às praticadas em Portugal.

### **Prestações asseguradas pela Segurança Social**

Relativamente aos quadros de síntese que se seguem, a análise refere-se às prestações atribuídas por cada Estado ao beneficiário que as solicite. Os critérios de análise das referidas prestações em detrimento de outras devem-se ao facto de, a nível da Segurança Social portuguesa, estas serem das prestações mais requeridas pelos beneficiários.

Em cada país é analisada isoladamente cada prestação no que se refere a um conjunto de aspetos relevantes, como sejam, por exemplo, o financiamento, o período de qualificação (prazo de garantia), a duração do benefício e o valor a atribuir.

Normalmente as condições de financiamento são conseguidas através das contribuições das entidades empregadoras e dos empregados, bem como através de impostos e apoios dos

respetivos Estados. As condições próprias de cada prestação serão analisadas e justificadas caso a caso depois da apresentação das mesmas.

**Quadro 11 – Subsídio de desemprego**

<b>Países</b>	<b>Financiamento</b>	<b>Período de qualificação</b>	<b>Duração do benefício</b>	<b>Valor a atribuir</b>
<b>Alemanha</b>	Entidades empregadoras e empregados.	12 meses nos últimos dois anos.	Até 24 meses.	Requerente com filhos: 67 %; Requerente sem filhos: 60 %.
<b>Áustria</b>	Entidades empregadoras, empregados e impostos.	52 semanas nos últimos dois anos. Se o requerente tem idade inferior a 25 anos, necessita de 26 semanas no último ano.	A partir de 20 semanas.	55 %.
<b>Bélgica</b>	Entidades empregadoras, empregados, impostos (IVA) apoios Estatais.	312 dias nos 18 meses anteriores à data do pedido e 624 dias de descontos nos últimos 3 anos.	Não se encontra estabelecido um limite de tempo.	60 % no primeiro ano; 55 % a partir do segundo ano.
<b>Chipre</b>	Entidades empregadoras, empregados e Orçamento do Estado.	26 semanas.	Até 156 dias.	60 %.
<b>Eslováquia</b>	Entidades empregadoras, empregados e subsídios do Estado.	24 meses nos últimos 36 meses.	Até seis meses.	50 %.
<b>Eslovénia</b>	Entidades empregadoras, empregados e impostos.	9 meses nos últimos dois anos.	De 90 dias a 25 meses.	80 % nos primeiros 90 dias; 60 % até ao primeiro ano; 50 % depois do primeiro ano.
<b>Espanha</b>	Entidades empregadoras e empregados.	360 dias nos últimos seis anos.	De quatro meses a dois anos.	70 % nos primeiros 180 dias; 60 % a partir deste período.
<b>Estónia</b>	Entidades empregadoras, empregados e impostos.	1 ano nos últimos três anos.	De 180 dias a 360 dias.	50 % nos primeiros 100 dias; 40 % a partir do 101º dia.
<b>Finlândia</b>	Entidades empregadoras e empregados, Estado e impostos.	34 semanas nos últimos 28 meses.	Até 500 dias.	45 % durante os dias úteis.
<b>França</b>	Entidades empregadoras, empregados e Estado.	122 dias nos últimos 28 meses.	De 4 meses a 36 meses.	Varia entre 40.4 % e 75 %.

Países	Financiamento	Período de qualificação	Duração do benefício	Valor a atribuir
<b>Grécia</b>	Entidades empregadoras e empregados.	125 dias 14 meses.	De 125 dias a 250 dias, consoante o número de dias de descontos nos últimos 14 meses.	Depois de 12 de março de 2012, o valor base a pagar é de 360 € por mês, dependendo do salário usufruído pelo beneficiário.
<b>Holanda</b>	Entidades empregadoras.	26 semanas de descontos nas últimas 36 semanas.	De 3 meses a 38 meses, consoante o tempo de descontos.	75 % até ao terceiro mês; 70 % a partir do terceiro mês.
<b>Irlanda</b>	Entidades empregadoras e empregados.	104 semanas ou 39 no ano anterior ao pedido; Ou 26 semanas em cada um dos dois anos anteriores.	312 dias.	188 €, por semana, dependendo da idade do requerente.
<b>Itália</b>	Entidades empregadoras.	52 semanas nos dois últimos anos.	240 dias; 360 dias para requerentes com mais de 50 anos.	Para requerentes até 50 anos: - 60 % nos primeiros seis meses; - 50 % no restante período de tempo. Para requerentes com 50 anos ou mais: - 60 % nos primeiros seis meses; - 50 % nos dois meses seguintes; - 40 % no restante período de tempo.
<b>Luxemburgo</b>	Estado e de subsídios fiscais especiais.	26 semanas no último ano.	365 dias, depende da idade e do tempo de descontos.	80 % do anterior salário; Máximo – 4 503,3 €.
<b>Malta</b>	Entidades empregadoras, empregados e Estado.	50 semanas, em que pelo menos 20 semanas deverão ser cumpridas nos últimos dois anos.	156 dias, nunca superior ao número de contribuições feitas.	Requerente com cônjuge – 11,26 € por dia durante seis dias por semana; Requerente sozinho – de 7,37 € por dia.
<b>Portugal</b>	Entidades empregadoras, empregados e impostos.	360 dias nos últimos dois anos.	Entre 270 dias e 900 dias.	65 %, não superior a duas vezes e meia o IAS; Não inferior ao valor do IAS.

Fonte: adaptado de Missoc, 2012

No âmbito do subsídio de desemprego, e quanto às condições de atribuição, estas são comuns a todos os países em estudo. Para um cidadão ter direito a este subsídio deve estar desempregado de forma involuntária, estar disponível para poder trabalhar e inscrito no centro de emprego da sua área de residência. Os valores a atribuir dependem da remuneração que os requerentes usufruíam enquanto trabalhavam, sendo na maior parte dos casos uma percentagem destes valores.

No que respeita ao período de qualificação/prazo de garantia, em Portugal são necessários no mínimo 360 dias de descontos. Este intervalo de tempo está próximo do período vigente em países como a Alemanha, a Áustria, a Estónia, a Espanha, a Bélgica e a Itália, em que é necessário um período de 12 meses. Apenas a Eslováquia e a Irlanda exigem um prazo de garantia de 2 anos, e todos os restantes praticam prazos inferiores. Portugal encontra-se, assim, numa posição intermédia que é também aquela que é seguida pela maioria dos países em análise.

Quanto à duração do subsídio, em Portugal a mesma depende da idade do requerente e do tempo de serviço sobre o qual foram efetuados os descontos, no entanto, nunca é superior a 900 dias nem inferior a 270 dias. Há países em que esta duração depende só da idade do contribuinte como é o caso da Áustria e da Alemanha, e outros onde, tal como em Portugal, depende da carreira contributiva e da idade do requerente. O prazo médio de duração do subsídio aproxima-se dos dois anos, pelo que Portugal acompanha a tendência no mercado europeu. Há, não obstante, alguns países com sejam Malta, Grécia, Eslováquia ou Chipre onde a duração média do subsídio não excede 1 ano. Bélgica constitui uma exceção ao não ter um limite introduzido para o tempo de duração do benefício. De referir ainda que em Itália há lugar a um subsídio especial de 90 dias a atribuir a seguir ao período máximo numa situação de recessão económica.

Quanto aos valores a atribuir, em Portugal o valor é de 65 % da remuneração de referência, não podendo no entanto ser inferior ao valor do IAS nem superior a duas vezes e meia este indexante dos apoios sociais. O valor a atribuir depende usualmente do tempo de permanência na situação de desempregado e, em alguns países, da existência, ou não, de filhos ao encargo. O valor atribuído em Portugal aproxima-se da média do praticado nos países em análise. Sobressaem o Luxemburgo e a Holanda com as percentagens mais elevadas e, opostamente, a Finlândia, a Itália e a Grécia com os valores mais baixos. De



acordo com as fontes encontradas, Portugal e Espanha são os únicos países que atribuem um subsídio social de desemprego quando acaba o período de tempo previsto do subsídio de desemprego.

**Quadro 12 - Subsídio de doença**

Países	Financiamento	Condições de atribuição	Condições de acesso	Valor a atribuir
<b>Alemanha</b>	Entidades empregadoras e empregados.	Máximo de 78 semanas, a partir do 4º dia.	Não está estabelecido um período mínimo de contribuições.	Entre 70 % e 90 % do salário líquido usufruído nos últimos três meses.
<b>Áustria</b>	Entidades empregadoras, empregados e impostos.	Até 52 semanas, a partir do 4º dia, prorrogável até 78 semanas.	Não está estabelecido um período mínimo de contribuições.	50 % nos primeiros 42 dias; 60 % após. Máximo - 4.230 €; Mínimo - 135,14 €.
<b>Bélgica</b>	Apoios estatais e IVA.	Confirmação do estado de incapacidade.	120 dias nos últimos 6 meses.	60 %; Máximo - 126,49 € por dia.
<b>Chipre</b>	Entidades empregadoras, empregados. Consta no OE.	Confirmação do estado de incapacidade.	26 semanas.	60 %.
<b>Eslováquia</b>	Entidades empregadoras, empregados e impostos.	Confirmação do estado de incapacidade.	270 dias nos últimos 24 meses em que deixou de trabalhar.	55 %.
<b>Eslovénia</b>	Entidades empregadoras, empregados e Estado.	12 meses pagos a partir do 31º dia .	Não está estabelecido um período mínimo de contribuições.	Entre 80 % e 100 %, de acordo com a incapacidade.
<b>Espanha</b>	Entidades empregadoras, independentes e Estado.	182 dias, a partir do 4º dia.	Não está estabelecido um período mínimo de contribuições.	70 %.
<b>Estónia</b>	Entidades empregadoras e empregados.	A partir do 4º dia.	180 dias nos últimos 5 anos.	60 % até ao 20º dia; 75 % a partir do 21º dia; Máximo - 3.262,5 € mensais.
<b>Finlândia</b>	Entidades empregadoras, empregados, trabalhadores independentes e Estado.	90 dias a partir do 9º dia.	Não está estabelecido um período mínimo de contribuições.	Depende do valor diário usufruído.
<b>França</b>	Entidades empregadoras, empregados e contribuições especiais.	Confirmação do estado de incapacidade.	200 horas nos últimos 3 meses.	50 %; com máximo de 1,8 vezes o ordenado mínimo; Suplemento quando o utente tem 3 ou mais filhos a cargo.
<b>Grécia</b>	Entidades empregadoras, empregados e Estado.	182 dias.	120 dias no ano anterior, ou os primeiros 12 meses dos últimos 15.	Máximo - 29,39 € por dia.

Países	Financiamento	Período de qualificação	Duração do benefício	Valor a atribuir
<b>Holanda</b>	Fundos de redundância de pagamento, Instituto de Esquemas de benefícios a empregados, e ao Fundo de Desemprego.	Confirmação do estado de incapacidade.	Não está estabelecido um período mínimo de contribuições.	70 %; Não superior a 193,09 € por dia.
<b>Irlanda</b>	Entidades empregadoras e empregados.	Confirmação do estado de incapacidade.	104 dias.	124,8 € por semana se tiver cônjuge a cargo; 29,8 € por semana por cada criança a cargo.
<b>Itália</b>	Entidades empregadoras	Confirmação do estado de incapacidade.	100 dias.	50 %.
<b>Luxemburgo</b>	Entidades empregadoras, empregados e subsídios por parte do Estado.	A partir do 3º dia.	Seis meses.	100 %; Mínimo – salário mínimo; Máximo – cinco vezes o referido salário.
<b>Malta</b>	Entidades empregadoras, empregados, trabalhadores independentes e Estado.	Confirmação do estado de incapacidade.	50 semanas, sendo que, pelo menos 20 devem ter sido efetuadas nos últimos dois anos.	18,57 € por dia útil; 12,01 €, caso viva sozinho.
<b>Portugal</b>	Entidades empregadoras, empregados e impostos.	Confirmação do estado de incapacidade dentro de cinco dias; Valor pago a partir do 4º dia.	Seis meses.	55 % nos primeiros 30 dias; 60 % do 31º dia ao 90º dia; 70 % do 91º dia ao 365º dia; 75 % a partir do 366º dia; Mínimo: 4,19 € por dia.

Fonte: Adaptado de Missoc, 2012

Nesta prestação, a principal condição de atribuição do respetivo subsídio, comum a todos os países em estudo, é o facto de o requerente ter que apresentar uma certificação médica comprovativa da sua incapacidade para o trabalho. O valor a atribuir tem como base o valor usufruído pelo requerente enquanto trabalhador.

No que respeita às condições de atribuição, em Portugal não se encontra estabelecido o intervalo de tempo máximo de atribuição do subsídio, no entanto o valor é pago a partir do 4º dia. Em Espanha, França, Holanda, Irlanda, Bélgica, Chipre, Luxemburgo, Itália e Malta também não há também um período máximo de atribuição deste subsídio, sendo, no entanto, pago desde o primeiro dia. De referir que em Malta são exigidas juntas médicas regulares para verificação da incapacidade do requerente. Apesar da situação de não existência de limite máximo de atribuição deste subsídio ser a mais frequente entre os países em análise, podemos encontrar nos extremos a Alemanha e a Áustria onde o período máximo é de 78 semanas, enquanto que na Estónia e na Grécia é de apenas 182 dias. Quanto às condições para ter direito a este subsídio, Portugal encontra-se numa situação intermédia, sendo necessário, tal como no Luxemburgo um período mínimo de 6 meses de trabalho prévio. Nos limites temos a Alemanha, a Áustria, a Eslovénia, a Estónia, a Finlândia e a Holanda onde não se encontra estabelecido um período mínimo de contribuições e, a França onde são exigidas 200 horas nos últimos 3 meses. Quanto aos valores a atribuir, a situação é muito variada entre os países analisados. Em Portugal o valor é atribuído consoante o salário médio dos primeiros 6 meses nos últimos oito, tendo como mínimo 4,19 € por dia. Assim, nos primeiros 30 dias o valor é de 55 %, entre o 31º e o 90º dia é de 60 %, do 91º ao 365º dia é pago a 70 %, e a partir deste intervalo de tempo a remuneração ascende aos 75 %. No extremo encontram-se a Alemanha com o valor a atribuir a situar-se entre os 70 % e os 90 % da remuneração de referência, a Eslovénia onde o valor é de 80 % ou 100 %, variando de acordo com a incapacidade e o Luxemburgo onde o valor é equivalente ao salário usufruído, não sendo inferior ao salário mínimo nem sendo superior a cinco vezes o respetivo salário.

**Quadro 13 - Pensão de velhice**

<b>Países</b>	<b>Financiamento</b>	<b>Condições de acesso</b>	<b>Valor a atribuir</b>
<b>Alemanha</b>	Entidades empregadoras, empregados e impostos.	67 anos, ou aos 65 ter 45 anos de descontos.	Não estão estabelecidos limites de valores mínimo nem máximo para a pensão.
<b>Áustria</b>	Entidades empregadoras, empregados e impostos.	65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres; 40 anos de carreira contributiva.	Mínimo – 814,82 € para beneficiário sozinho; Máximo – 1 221,68 € para beneficiário com cônjuge; 14 mensalidades por ano.
<b>Bélgica</b>	Contribuição global, subsídios por parte do Estado e IVA.	65 anos e carreira contributiva de 45 anos.	60 %; Com cônjuge a cargo – 75 %.
<b>Chipre</b>	Entidades empregadoras, empregados e orçamento de Estado.	65 anos.	85 % ; Mínimo de 88,22 € semanais quando a pessoa vive sozinha, 117,63 € semanais quando vive com outra pessoa, 132,33 € quando vive com duas pessoas e 147,03 € quando vive com três pessoas.
<b>Eslováquia</b>	Entidades empregadoras, empregados e apoio do Estado.	62 anos até 2014.	Não se encontra estabelecido um valor máximo nem um valor mínimo para a pensão.
<b>Eslovénia</b>	Entidades empregadoras, empregados e apoio do Estado.	63 anos para os homens; 61 anos para as mulheres; Contrib. mínima: 15 anos.	Mínimo – 192,91 € mensais.
<b>Espanha</b>	Entidades empregadoras e empregados.	65 anos e 35 anos de descontos.	Para os beneficiários com mais de 65 anos, o valor a atribuir é de 618,9 € quando vivem sós, 763,6 € quando o cônjuge é dependente e 587 € quando o cônjuge usufrui um montante mensal; Para os beneficiários com menos de 65 anos, o valor a atribuir é de 578,9 € quando vivem sós, 715,6 € quando o cônjuge é dependente e 547 € quando o cônjuge usufrui um montante mensal.
<b>Estónia</b>	Entidades empregadoras, empregados e impostos.	63 anos para os homens e 61 anos para as mulheres.	Não se encontra estabelecido um valor máximo nem um valor mínimo para a pensão.
<b>Finlândia</b>	Entidades empregadoras e empregados e apoio do Estado.	65 anos e ser residente na Finlândia.	Existe uma pensão mínima garantida e não se encontra estipulada uma pensão máxima.

Países	Financiamento	Condições de acesso	Valor a atribuir
<b>França</b>	Entidades empregadoras e empregados, contribuições especiais e participação das autoridades públicas.	60 anos para pessoas nascidas antes de 1 de julho de 1951 e 62 anos para pessoas nascidas a partir de 1955.	Mínimo - 7 451,1 € anuais.
<b>Grécia</b>	Entidades empregadoras, empregados e Estado.	65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres nascidas antes de 1993; Para pessoas nascidas depois de 1 de janeiro de 1993, a idade da reforma é de 65 anos para ambos os sexos; A carreira contributiva é de 11 000 dias.	Mínimo - 486,84 € mensais.
<b>Holanda</b>	Empregados por conta de outrem, independentes, subsídios estatais e impostos.	65 anos.	Não existe um montante fixo para a pensão.
<b>Irlanda</b>	Entidades empregadoras, empregados e independentes.	65 anos; A carreira contributiva é de 48 anos.	A pensão mínima do Estado é de 225,80 € semanais e o valor máximo é de 230,3 €; A pensão não contributiva é de 115,2 € e o valor máximo é de 230,3 € semanais.
<b>Itália</b>	Entidades empregadoras e empregados	66 anos para os homens e 62 para as mulheres; A carreira contributiva é de 41 anos e um mês para as mulheres e 42 anos e um mês para os homens.	Não se encontra estipulado um valor mínimo nem um valor máximo do valor da pensão a atribuir.
<b>Luxemburgo</b>	Entidades empregadoras e empregados.	65 anos; 40 anos de descontos.	Não inferior a 90 %; O valor mínimo é de 1.606,06 € mensais; O valor máximo é de 7.435,48 € mensais.
<b>Malta</b>	Entidades empregadoras, empregados, independentes e Estado.	Para pessoas nascidas depois de 1 de janeiro de 1962, a idade da reforma é de 65 anos; O requerente deverá ter uma carreira contributiva cuja média anual seja de no mínimo 50 semanas a partir de 1956.	Mínimo – 131,52 € semanais, com cônjuge; Mínima – 113,25 € semanais, sozinho; O valor máximo a atribuir é de 220,21 € semanais.
<b>Portugal</b>	Entidades empregadoras e empregados.	65 anos e 15 anos de descontos.	Varia com tempo de descontos; Mínimo: 256,79 € mensais.

Fonte: Adaptado de Missoc, 2012

Verifica-se que está previsto para a maioria destes países, nomeadamente em Portugal, um aumento da idade da reforma para 67 anos, à exceção da Alemanha onde esta alteração já está em vigor.

Verifica-se que em média, tal como em Portugal, no que respeita às condições de acesso, a idade exigida para a atribuição da reforma são os 65 anos. Apenas na Eslováquia se verifica que serão estabelecidos os 62 anos a partir de 2014, na Estónia estão estabelecidos os 63 anos para os homens e os 61 anos para as mulheres e na Finlândia 60 ou 62 anos dependendo da data de nascimento do requerente. Enquanto que na Grécia estão estabelecidos 65 anos para pessoas nascidas depois de 1 de janeiro de 1993, sendo obrigatórios 11 000 dias de descontos. Na Eslovénia 61 anos para os homens e 63 anos para as mulheres e exigida uma contribuição mínima de 15 anos, na Itália 66 anos para os homens e 62 para as mulheres sendo exigido um período contributivo de 42 anos e um mês e 41 anos e um mês, respetivamente. Na Áustria 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres e 40 anos de carreira contributiva. Na Alemanha, a pensão está estabelecida nos 67 anos ou 65 anos e 45 anos de descontos e caso o requerente tenha cuidado de filho(s) até este(s) atingir(em) os 10 anos de idade. Em Portugal, a idade da reforma está estabelecida nos 65 anos para ambos os sexos e pelo menos 15 anos de descontos. Na maioria dos países existe um valor mínimo estipulado para a pensão. No entanto, existem apenas três países que têm estipulado um valor máximo, são eles Luxemburgo, Malta e Irlanda. Em países como a Alemanha, a Finlândia, a Holanda, a Eslováquia, a Itália e a Estónia não se encontra estabelecido um valor mínimo nem um valor máximo.

O valor a atribuir depende da carreira contributiva, onde é feita uma média. A maioria dos países tem um valor mínimo estipulado para a pensão. No entanto, existem apenas três países que têm estipulado um valor máximo, são eles Luxemburgo, Malta, Irlanda e Espanha, onde o valor depende do facto do requerente viver sozinho ou com cônjuge. Em países como a Alemanha, a Finlândia, a Holanda, a Eslováquia, a Itália e a Estónia não se encontra estabelecido um valor mínimo nem um valor máximo. Na Eslovénia, na França e na Grécia o valor mínimo é de 192,91 € mensais, 7.451,1 € anuais e 486,84 € mensais, respetivamente. Na Bélgica o valor a pagar é de 60 % da média remuneratória, valor que ascende a 75 % se o requerente tiver cônjuge a cargo. Na Áustria o mínimo é de 814 € se viver sozinho e 1.221,68 € se tiver cônjuge. No Chipre o valor a atribuir é de 85 % da remuneração de referência, no

entanto encontra-se estipulado um valor mínimo que depende do número de elementos do agregado. Na Irlanda a pensão máxima é de 230,3 € semanais e a pensão mínima é de 225,8 € semanais. Por outro lado, no Luxemburgo a pensão não é inferior a 90 % da remuneração de referência, existe no entanto um valor mínimo que é de 1.606,06 € e um valor máximo no montante de 7.435,48 € mensais. Na Espanha o valor máximo a atribuir é de 2.497,91 € mensais<sup>20</sup>. Em Malta, o valor depende do facto de viver sozinho ou ser casado, sendo que o valor é de 113,25 € semanais e 131,52 €, respetivamente. O valor máximo neste país é de 220,21 € semanais. Em Portugal o valor a atribuir é uma percentagem da média dos anos de descontos, podendo ser o valor total no caso do tempo máximo exigido. O valor mínimo é de 256,79 €. De referir ainda que na Áustria e em Espanha são pagas 14 mensalidades por ano.

---

<sup>20</sup> Os seus direitos de Segurança Social em Espanha (2011). União Europeia



**Quadro 14 - Maternidade**

Países	Financiamento	Licença a atribuir	Condições de acesso	Valor a atribuir
<b>Alemanha</b>	Entidades empregadoras e empregados.	14 semanas: seis antes do parto e oito após o nascimento.	Toda a mulher grávida tem o direito a usufruir da licença de maternidade.	Máximo - 13 € diários.
<b>Áustria</b>	Entidades empregadoras, empregados e impostos.	8 semanas, podendo ser gozadas antes e após o parto.	Toda a mulher grávida tem o direito a usufruir da licença de maternidade.	100 %.
<b>Bélgica</b>	Contribuições gerais, Estado e IVA.	Mãe - 15 semanas: seis antes do parto e restantes após o parto; Pai - 10 dias depois do parto.	6 meses.	82 % nos primeiros 30 dias; 75 % para os restantes dias; Para o nascimento do 1º filho, é atribuído o montante de 1.199,10 € e 902,18 € para o 2º filho.
<b>Chipre</b>	Entidades empregadoras, empregados e uma percentagem do Orçamento de Estado.	18 semanas: 2 a 6 semanas antes do parto.	26 semanas.	75 %, 80 %, 90 % ou 100 %, consoante o nº de pessoas a cargo; Mães solteiras – 533,16 €, no caso de não haver direito a licença de maternidade.
<b>Eslováquia</b>	Entidades empregadoras, empregados e Estado.	34 semanas: 6 a 8 semanas antes do parto.	270 dias nos últimos 2 anos.	65 % com máximo – 1,5 vezes o salário médio nacional; Subsídio de nascimento – 678,49 €.
<b>Eslovénia</b>	Entidades empregadoras, empregados e impostos.	105 dias: 28 dias antes do parto.	12 meses nos últimos 3 anos.	Contributivo - 100% Não contributivo - 55 % do salário mínimo nacional.
<b>Espanha</b>	Entidades empregadoras e empregados.	Mãe - 16 semanas. Pai - 13 dias.	180 dias nos últimos 7 anos ou 360 dias ao longo de toda a carreira contributiva.	100 %; O subsídio de nascimento para 2 filhos: 2.565,60 €; Para três filhos: 5.134,4 €; A partir de 3 filhos: 5134,4 €; Adoção: 1000 € por cada criança.

Países	Financiamento	Licença a atribuir	Condições de acesso	Valor a atribuir
<b>Estónia</b>	Entidades empregadoras, independentes e Estado.	140 dias: 30 dias antes do parto.	Toda a mulher grávida tem o direito a usufruir da licença de maternidade.	100 %; Subsídio de nascimento - 320 €.
<b>Finlândia</b>	Entidades empregadoras, empregados, trabalhadores independentes e Estado.	Mãe - 105 dias: 30 a 50 dias antes do parto; Pai - 18 dias.	Ter residência na Finlândia; Até 180 dias antes da data do parto.	90 % - primeiros 56 dias úteis; O valor a usufruir é de 90 % da anterior remuneração anual auferida até 51.510 € de 32,5 € para um montante anual superior; 70 % - para os restantes dias. Para os rendimentos anuais até 33.479 €, 40 % entre 33.480 € e 51.510 € e 25 % para um montante anual superior. Mínimo – 22,13 €.
<b>França</b>	Entidades empregadoras, empregados, bem como contribuições especiais e participação das entidades públicas.	Mãe - 16 semanas: 6 semanas antes do parto; Pai - 11 dias.	10 meses.	Mínimo – 8,9 € por dia; Máximo - 80,04 € por dia.
<b>Grécia</b>	Entidades empregadoras, empregados e Estado.	119 dias: 56 dias antes da data do parto.	200 dias nos últimos 2 anos.	50 %.
<b>Holanda</b>	Este benefício é financiado pelos Fundos de redundância de pagamento, Instituto de Esquemas de benefícios a empregados, e Fundo de Desemprego.	16 semanas: 4 a 6 semanas antes da data do parto.	Toda a mulher grávida tem o direito a usufruir a licença de maternidade.	100 %; Máximo – 193,09 € por dia.
<b>Irlanda</b>	Entidades empregadoras, empregados e trabalhadores independentes.	26 semanas: pelo menos 2 semanas antes do parto e 4 depois da data do parto.	39 semanas no último ano; Independentes - 52 semanas no último ano ou nos últimos dois anos.	80 %; Mínimo – 217,8 € por semana; Máximo - 262 € por semana.

Países	Financiamento	Licença a atribuir	Condições de acesso	Valor a atribuir
<b>Itália</b>	Entidades empregadoras.	5 meses: pelo menos 1 ou 2 meses antes do parto; Licença facultativa: 6 meses.	Toda a mulher grávida tem o direito a usufruir a licença de maternidade.	80 %; 30 % - licença facultativa.
<b>Luxemburgo</b>	Entidades empregadoras, empregados e Estado.	16 semanas: 8 semanas antes do parto.	6 meses.	100 %; Mínimo semanal - 194,02 €.
<b>Malta</b>	Entidades empregadoras, empregados, trabalhadores independentes e Estado.	14 semanas: pelo menos 5 semanas depois do parto.	Não usufruir qualquer montante por parte da entidade empregadora.	79,2 € semanais.
<b>Portugal</b>	Entidades empregadoras, empregados e impostos.	Mãe - 120 ou 150 dias: até 30 dias antes do parto – facultativo; Pai - 10 dias úteis obrigatórios e 10 dias úteis facultativos; Licença partilhada – facultativa; Licença alargada até 90 dias por cada progenitor – facultativa; Subsídio por risco clínico, caso necessário; Subsídio por interrupção da gravidez - 14 a 30 dias.	Nos últimos oito meses deve apresentar descontos ou equivalências nos primeiros seis.	100 % - 120 dias e dias exclusivos do pai; 80 % - 150 dias; 100 % - 120 + 30; 83 % - 150 + 30; 25 % - Licença alargada; 100 % - gravidez de risco e interrupção da gravidez; Mínimo: 11,18 € por dia.

Fonte: Adaptado de Missoc, 2012

No que respeita ao subsídio por maternidade, e ao período de licença a atribuir, na maior parte dos países em análise deve ser gozada antes do parto por um período estabelecido. No caso Português esta possibilidade está prevista, mas é facultativa. De referir que em Portugal e Espanha está previsto um subsídio por risco clínico. Também no nosso país e procedimento que se aplicará a todos os países, o pai gozará a licença de maternidade em caso de morte ou incapacidade física ou psíquica devidamente comprovada da mãe que a impeça de cuidar do bebé.

Esta licença oscila entre um máximo de 34 semanas gozadas pelas mães Eslovacas e um mínimo de 8 semanas no caso das mães Austríacas. Em Portugal esta licença tanto pode ser de 120 como de 150 dias estando entre os países onde a licença é maior. A média situa-se nas 15 semanas, encontrando-se, por exemplo a Alemanha e Malta com uma licença de 14 semanas, abaixo dessa média, bem como a Eslovénia e a Finlândia em que as mães têm direito a 105 dias de licença. No que respeita às condições de acesso, em países como a Alemanha, a Áustria, a Estónia, a Holanda, a Itália e Malta toda a mulher grávida tem o direito a usufruir da licença de maternidade. Em Portugal é exigido um período mínimo de 6 meses nos últimos 8. Apesar de estar dependente dos rendimentos do agregado, no nosso país está previsto um subsídio social parental quando os requerentes não têm o prazo de garantia, cujo valor diário é de 11,18 €, o que não acontece por exemplo com a Eslováquia em que só tem direito a este subsídio quem satisfizer o prazo de garantia. Ao Nível dos valores a atribuir, existe uma grande disparidade, sendo difícil a comparação. Em Portugal os dias exclusivos do pai são pagos a 100 %, bem como os 120 dias da mãe, mas no caso de optar pelos 150 dias, estes são remunerados a 80 %. Na Alemanha o valor máximo a atribuir é de 13 € diários excluindo descontos, sendo que o restante valor é suportado pela entidade empregadora. Na Áustria o valor a atribuir é de 100 % sobre o cálculo das últimas 13 semanas. Na Eslovénia, na Estónia e na Espanha, o valor também é de 100 %. Na Eslováquia, o valor é de 65 %, tendo como valor máximo 1,5 vezes o salário médio. Na Finlândia, os primeiros 56 dias são remunerados a 90 % e os restantes dias são a 70 %. No Chipre o valor a atribuir depende de a requerente viver sozinha, ter uma pessoa, duas ou três a cargo, sendo que a remuneração pode ser de 75 %, 80 %, 90 % ou 100 %, respetivamente. Na Bélgica, o valor a atribuir para os primeiros 30 dias é de 82 % e os restantes dias são remunerados a 75 %. Na França o valor é de 100 % da média obtida nos últimos 3 meses, sendo o valor mínimo de 8,9 € e o valor máximo de 80,04 € por dia. Na Grécia o valor é de 50 % da remuneração dos últimos 30 dias

do ano anterior. Na Holanda o valor é de 100 %, tendo como valor máximo 193,09 € por dia, na Itália o valor é de 80 % e para a licença facultativa é de 30 %. Em Malta é de 79,2 € por semana, no Luxemburgo o valor é de 100 %, sendo o valor mínimo de 194,02 € por semana e na Irlanda o valor é de 80 %, tendo o mínimo estabelecido por semana de 217,8 € e o máximo de 194,02 € por semana.

**Quadro 15 - Abono de família**

<b>Países</b>	<b>Financiamento</b>	<b>Condições de atribuição</b>	<b>Valor a atribuir</b>
<b>Alemanha</b>	Impostos.	Até aos 18 anos da criança/jovem; Até aos 25 anos, se estiver desempregado e a procurar emprego, continuar a estudar, ou ser portador de deficiência.	1 criança: 184 € mensais; 2 crianças: 184 € mensais; 3 crianças: 190 € mensais; 4 crianças ou mais: 215 € mensais.
<b>Áustria</b>	Entidades empregadoras e impostos.	Até aos 18 anos da criança/jovem; Até aos 24 anos se continuar a estudar; Até aos 25 anos se estiver grávida ou for deficiente; Depende dos rendimentos do agregado.	105,4 € mensais por cada criança, 112,7 € a partir do 3º ano de idade, 130,9 € a partir dos 10 anos e 152,7 € a partir dos 19 anos; O valor aumenta a partir da segunda criança.
<b>Bélgica</b>	Contribuições globais, subsídios estatais e IVA.	Até aos 18 anos da criança/jovem; Até aos 25 anos se continuar a estudar ou for deficiente; Depende dos rendimentos do agregado.	O valor mensal depende do número de crianças: 88,51€, duas crianças 163,77 € e mais que três crianças, 244,52 €; Subsídio extra para famílias monoparentais.
<b>Chipre</b>	Estado.	Até aos 18 anos da criança/jovem; Até aos 19 anos se continuar a estudar; Até aos 21 anos se estiver a cumprir o serviço militar; Depende dos rendimentos do agregado relativos ao ano anterior.	Até um ou dois filhos, a prestação a atribuir é anual, a partir de dois filhos, a prestação é mensal.
<b>Eslováquia</b>	Orçamento do Estado.	Até aos 18 anos da criança/jovem; Até aos 25 anos caso ainda estude; Depende dos rendimentos do agregado.	22,54 € mensais por cada criança.
<b>Eslovénia</b>	Impostos.	Até aos 18 anos da criança/jovem; Depende dos rendimentos do agregado.	Montante mensal de acordo com o número de crianças que estão no agregado; Família monoparental, o valor aumenta em 10 %.
<b>Espanha</b>	Impostos.	Até aos 18 anos da criança/jovem ou mais se for deficiente; Depende dos rendimentos do agregado.	Montante mensal por cada criança a cargo que varia com a idade e de ser ou não deficiente.
<b>Estónia</b>	Impostos.	Até aos 16 anos da criança/jovem; Até aos 19 anos caso estude.	Depende da taxa de subsídio infantil e do número de crianças.

Países	Financiamento	Condições de atribuição	Valor a atribuir
<b>Finlândia</b>	Impostos.	Até aos 17 anos da criança/jovem.	Uma criança: 100,4 €; Segunda criança: 110,94 €; Terceira criança: 141,56 €; Quarta criança: 162,15 €; A partir da quinta criança: 182,73 €; É atribuído subsídio monoparental.
<b>França</b>	Entidades Empregadoras, contribuições especiais e participação das autoridades públicas.	Tem direito a este subsídio todo o cidadão residente no país e que prove ter crianças a cargo.	É atribuído um montante mensal, a partir da segunda criança.
<b>Grécia</b>	Entidades empregadoras e empregados.	50 dias de descontos no ano anterior; Até aos 18 anos da criança/jovem; Até aos 22 anos caso continue a estudar ou seja deficiente antes dos 18 anos.	É atribuído um montante mensal de acordo com o número de crianças que estão no agregado.
<b>Holanda</b>	Impostos.	Efetuar descontos; Até aos 18 anos da criança/jovem; Depende dos rendimentos do agregado.	É atribuído um montante mensal de acordo com a data de nascimento da criança.
<b>Irlanda</b>	Impostos.	Efetuar descontos; Até aos 16 anos da criança/jovem; Até aos 18 anos se estudar ou for deficiente.	É atribuído um montante mensal de acordo com o número de crianças existentes no agregado.
<b>Itália</b>	Impostos.	Efetuar descontos; Até aos 18 anos da criança/jovem; Depende dos rendimentos do agregado.	É atribuído um montante mensal de acordo com o número de elementos existentes no agregado.
<b>Luxemburgo</b>	Entidade empregadora e impostos.	Até aos 18 anos da criança/jovem; Até aos 27 anos se for deficiente.	É atribuído um montante mensal de acordo com o número de crianças existentes no agregado.
<b>Malta</b>	Entidades empregadoras, empregados, trabalhadores independentes e Estado.	Até aos 16 anos da criança/jovem; Até aos 21 se continuar a estudar; Depende dos rendimentos do agregado.	É atribuído um montante mensal de acordo com o número de crianças existentes no agregado.
<b>Portugal</b>	Impostos.	Até aos 16 anos da criança/jovem; Até aos 18, 21 ou 24, consoante o nível de escolaridade que frequente, ou seja deficiente; Depende dos rendimentos.	É atribuído um montante mensal de acordo com o número de crianças no agregado, no primeiro ano do bebé é mais elevado; É atribuído subsídio monoparental.

Fonte: Adaptado de Missoc, 2012

A principal condição de atribuição é comum a todos os países é o facto de o requerente ser residente no país em que pede o abono e prove ter crianças a cargo, condição única no caso da França. Também em países como a Áustria, a Bélgica, o Chipre, a Eslovénia, a Eslováquia, a Espanha, a Holanda, a Itália, Malta e Portugal a atribuição deste subsídio depende dos elementos do agregado. Na Grécia o requerente deve ter descontado pelo menos 50 dias no ano anterior. Uma outra condição é a idade do jovem. Assim, a Alemanha, a Áustria, a Bélgica, o Chipre, a Eslovénia, a Grécia, a Holanda, a Itália e o Luxemburgo atribuem o abono até o jovem completar os 18 anos. Países como a Eslováquia, a Irlanda, a Estónia, Malta e Portugal atribuem o abono até o jovem atingir os 16 anos. A Finlândia atribui o abono até aos 17 anos. De referir que na maioria dos países o limite etário aumenta caso o jovem continue a estudar ou seja portador de deficiência.

Quanto aos valores a atribuir, na maior parte dos países os mesmos dependem do número de crianças no agregado, existindo mesmo um país, a França, que só atribui abono a partir da segunda criança. Na Itália o abono depende do número de pessoas no agregado e na Holanda o valor depende da data de nascimento da criança. Em Portugal, consoante os rendimentos do agregado e o número de crianças atribui-se um escalão que só é pagável até ao terceiro escalão, sendo que durante o primeiro ano de vida da criança tem um valor mais elevado. No nosso país existe ainda um suplemento em situações de agregados monoparentais, bem como na Bélgica, na Eslovénia e na Finlândia.

Em Portugal e no âmbito das prestações familiares foi criado um abono pré-natal que é atribuído à mulher grávida a partir das 13 semanas e depende dos rendimentos do agregado, tendo três escalões pagáveis e o valor é igual ao abono atribuído no primeiro ano de vida do bebé. A atribuição deste subsídio dentro deste grupo onde incide esta análise só é feita em Portugal.



## 4. Conclusões

---

A problemática da sustentabilidade da Segurança Social é uma preocupação dominante de todos os cidadãos e recorrentemente debatida na sociedade. Há várias décadas que o tema é indicado nos programas de Governo e nos media. Desde há vários anos que se apresentam variados diagnósticos e sucessivos relatórios sobre a Sustentabilidade Financeira da Segurança Social, confirmando esta preocupação.

Existe, no entanto, consenso generalizado de que as alterações e reformas necessárias levarão anos a produzir os seus efeitos. Neste facto residirá uma das grandes dificuldades para que as forças políticas avancem com a implementação de determinadas políticas.

Claro que, esta dificuldade de implementação de reformas estruturais no sistema de Segurança Social torna-se ainda mais necessária perante sistemáticos constrangimentos económico-financeiros e orçamentais, que não permitem mais adiamentos.

Assim, neste estudo foi abordado o tema da situação atual da Segurança Social, com especial ênfase para as prestações disponibilizadas pelo sistema e realizada uma análise comparativa com os restantes países membros da União Europeia que pertencem à zona Euro. O trabalho foi concretizado através da divisão em três partes fundamentais.

Numa primeira parte realizamos um enquadramento mais teórico englobando a apresentação do conceito e evolução histórica, organização da Segurança Social em Portugal, seu financiamento e variáveis que influenciam a sustentabilidade do sistema.

Com base na informação apresentada poderá concluir-se que a certeza da insustentabilidade do sistema é um dado adquirido, motivado por um conjunto de fatores já descritos, e que se prendem com as restrições económico-financeiras e orçamentais, aumento da esperança média de vida, baixos níveis de natalidade, entre outros.

Feito o enquadramento e considerando os mais recentes desenvolvimentos e a constante mutação a que se tem assistido em matéria de Segurança Social, a tendência geral para efetivas mudanças, em particular com razões relacionadas com a sua insustentabilidade, quer em Portugal, quer em outros países europeus, justifica, pois, a continuação do estudo.

A importância dada à presente temática não é exclusiva de Portugal. A generalidade dos países europeus tem tentado encontrar soluções, alguns introduzindo verdadeiras inovações. Assim, se é para Portugal inevitável alterar o seu modelo atual de proteção social, é de toda a pertinência recolher informações do que se tem feito fora do país, na procura de soluções que possam ser implementadas nacionalmente como melhorias do sistema.

Assim, numa segunda parte realizamos uma análise comparativa, sempre numa perspetiva crítica, face a um conjunto de países da zona Euro, realçando os aspetos mais relevantes e que podem causar maior impacto no financiamento e na sustentabilidade do sistema de proteção social em Portugal.

Concluimos que ainda há um longo caminho a percorrer se objetivarmos introduzir reformas em Portugal que, neste conjunto de países, é dos que tem um sistema de Segurança Social cuja capacidade de sustentação é, para muitos, já impossível de manter no curto/médio prazo.

De facto, a sustentabilidade do sistema de Segurança Social em Portugal tem vindo nos últimos anos a encontrar dificuldades tão graves, a ponto de poder vir a comprometer o seu apoio à comunidade. Sendo assim, urge tomar medidas no sentido de criar condições para que tal não suceda.

Após a análise elaborada, e tendo sempre em conta a sustentabilidade do sistema de Segurança Social Português, a curto e médio prazo e a capacidade de resposta a todos que lhe solicitam apoio, alguns caminhos possíveis poderão passar por:

- Aumentar a percentagem de contribuição dos trabalhadores; veja-se que esta é inferior em comparação com a Bélgica, cuja contribuição se situa nos 13,07 %;
- Criar um valor máximo a atribuir nas prestações de maternidade e doença, como acontece, por exemplo, na Holanda em que o valor máximo a atribuir é de 193,09 € por dia, ou então, assumir para estas duas prestações o montante diário praticado na prestação de doença pela Bélgica (126,49 €);
- Aumentar o valor mínimo mensal destas prestações igualando-o ao valor do IAS;
- Limitar o valor máximo a atribuir na pensão de velhice, seguindo valor praticado na Espanha (2.497,91 €);

- Limitar o abono de família como é feito na França, em que só é pago a partir do segundo filho, mas enquanto a criança estudar deverá ser-lhe atribuído o montante igual ao atribuído no primeiro ano de vida. Para o caso de só existir uma criança no agregado, deverá existir só um escalão pagável.

Creemos que, sendo este um tema atual e de enorme importância para o país e para a sustentabilidade do próprio Estado, deveria existir um maior apoio público ao fomento da investigação nestas áreas do conhecimento, e uma maior preocupação com a transposição das boas práticas europeias, em especial de sistemas de proteção mais desenvolvidos e mais maduros.

De facto, considerando a excessiva tutela do Estado no sistema de Segurança Social Português, acrescida pela existência duma população com baixos níveis de exigência de informação e de transparência sobre a gestão das suas futuras pensões, existe uma grande incerteza sobre a evolução futura do sistema de Segurança Social.

Pensamos que a tendência futura tem que inverter algumas das práticas anteriores e poderá passar por uma maior abertura do sistema ao privado. Esta abertura deverá ser, obviamente, regulamentada, eventualmente como sistema complementar, mas a introdução desta opção entre o sistema estatal e o sistema privado, permitirá uma melhor gestão e uma maior e mais consciente partilha de riscos.



## 5. Referências Bibliográficas

---

Assembleia Constituinte (2006). *Constituição da República Portuguesa*, Edições Almedina, SA: Coimbra

Baganha, M. I., Marques, J. C. e Góis, P. (2010). *Imigração ucraniana em Portugal e no sul da Europa: A Emergência de uma ou várias Comunidades*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Bernanke, B. e Frank, F. (2003). *Princípios de economia*, Mc Graw Hill.

Carneiro, R., Chau, F., Soares, C., Fialho, J. e Sacadura, M. (2012). O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa

Conceição, A. J. (2008). *Segurança Social - Manual prático*, 8ª edição, Editora Almedina.

Conselho económico e Social (2006). *Imigração, desenvolvimento e coesão social em Portugal*, Centro de documentação e Informação do CES.

Correia, J. A. (2004). *A sustentabilidade financeira da Segurança Social em Portugal*, Tese de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa.

Cruz, P. T. (2007). *Acolhimento dos Recém-chegados*, Principia Editora.

Damásio, B. e Mah, L. (2011). Das limitações do PIB enquanto indicador às necessidades de medição dos níveis de Desenvolvimento, *Documentos de Trabalho*, nº 89, ISEG, Universidade técnica de Lisboa.

DICE Database (2008). *Bismarck versus Beveridge: A Comparison of Social Insurance Systems in Europe*, Ifo Institute, Munich.

Direção Geral de Administração Interna (2010). *Schengen Legislação, Sistema de Informação Schengen e Cooperação Policial*, Gabinete Nacional S.I.R.E.N.E.

Falcão, L. (2002). *A imigração em Portugal*, Lisboa, Delta Consultores.

Fonseca, A. M. (2004). *O envelhecimento - Uma abordagem psicológica*, Universidade católica Editora.

Fonseca, A. M. e Paúl, M. C. (2006). *Envelhecer em Portugal*, Lisboa:Climepsi Editores PC.

Instituto de Gestão financeira da Segurança Social (2012). Relatório da Conta da Segurança Social 2011.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2012). Guia Prático – Abono de família para crianças e jovens.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2012). Guia Prático – Abono de família pré-natal.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2012). Guia Prático – Subsídio Social de Desemprego, Inicial ou Subsequente ao Subsídio de Desemprego.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2012). Guia Prático – Subsídio Parental.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2012). Guia Prático – Subsídio de Funeral.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2013). Guia Prático – Complemento Solidário para Idosos.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2013). Guia Prático – Pensão de Invalidez.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2013). Guia Prático – Pensão de Velhice.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2013). Guia Prático – Rendimento Social de Inserção.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2013). Guia Prático – Subsídio de Doença.

Instituto da Segurança Social, I.P. (2013). Guia Prático – Subsídio de Desemprego.

Lages, M., Policarpo, V., Marques, J., Matos, P. e António, J. (2006). *Os Imigrantes e a População Portuguesa – Imagens Recíprocas, Análise de duas Sondagens*. Observatório da Imigração. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Ministério da Ciência e do Ensino Superior

Machado, F. L. (2003). *Imigração e imigrantes em Portugal*, Celta Editora.

Marques, M. M. e Rosa, M. J., V. (2003). *L'integration des immigrés au Portugal*, Sociologia, Problemas e Práticas, 41, 9-36, CIES-ISCTE/CELTA

Masulem, A. R. e Ortiz, M. D. (2011). Governance and social security: Moving forward on the ISSA good governance guidelines, In *International Social security Review*, Vol. 64 (4), pp. 9-37.

Mendes, F. R. (1995). Por onde vai a Segurança Social Portuguesa?, *Análise Social*, (131-132), 405-429

Miles e Huberman, (1984). *Qualitative Data Analysis: A Sourcebook of New Methods*. Newbury Park, CA: Sage.

Neves, I. (1993). *A Segurança Social Portuguesa - Problemas, realidades e perspectivas*, Coleção Estudos.

Neves, I. (2003). *Lei de Bases da Segurança Social Comentada e Anotada*, Coimbra Editora.

O'Connor, J. S. (2005). Policy coordination, social indicators and the social-policy agenda in the European Union. *Journal of European Social Policy*, vol 15 (4), pp. 345-361.

Organizacion Iberoamericana de Seguridad Social (1984). *Segurança Social em Portugal - Evolução e tendências*, Madrid: Monografias nacionales.

União Europeia (2011). Os seus direitos de Segurança Social em Espanha. Comissão Europeia

Peixoto, J. (2002), Strong market, weak state: the case of recent foreign immigration in Portugal, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 28:3, pp. 483-497.

Pinheiro, M. e Cunha, V. G. (2007). MISS: Um modelo para avaliação da sustentabilidade da Segurança Social pública portuguesa, Banco de Portugal, *Occasional Papers*.

Pires, R. P. (2007). *Fluxos migratórios: Dinâmicas e modos de gestão*, Principia Editora.

Rodrigues, P. G. e Pereira, A. M. (2007). *A Reforma das Pensões em Portugal: Uma Análise de Equilíbrio Geral Dinâmico*, Lisboa: Fundação Luso-Americana.

Rodrigues, A. S. (2007). *A Sociedade Portuguesa face aos Imigrantes*, Faculdade de economia da Universidade de Coimbra.

Santos, T. (2010). *Solvencia financiera de los sistemas de pensiones de la Unión Europea*, Tese de doutoramento, Universidad de Extremadura.

Schengen Legislação, sistema de informação Schengen e cooperação policial, 2010. Direção Geral de Administração interna

Seguro, A., J., Vitorino, A., Trindade, C. (2002). *A Política Europeia de Imigração*, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2012). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – 2011*, Oeiras, Departamento de Planeamento e Formação.

Venturi, A. (1995). *Los Fundamentos Científicos de la Seguridad Social*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Colección Seguridad Social.

Vitorino, A. (2007). *Imigração: oportunidade ou ameaça?*, Principia Editora.

Zaidi, A., Gasior, K e Sidorenko, A. (2010). Intergenerational Solidarity: Policy Challenges and Societal Responses. European Centre for Social Welfare Policy and Research, Policy Brief.

### **Legislação:**

Decreto-lei nº 23051, de 23 de setembro de 1933

Decreto-lei nº 549/77, de 31 de dezembro

Decreto- lei nº 322/90 de 18 de outubro

Decreto-lei nº 328/93, de 25 de setembro

Decreto-lei nº 329/93, de 25 de setembro

Decreto-Lei n.º 333/95, de 23 de dezembro

Decreto-Lei n.º 347/98, de 9 de novembro

Decreto-lei nº 45-A/2000, de 22 de março



Decreto-Lei 4/2001, de 10 de janeiro

Decreto-lei nº 176/2003, de 2 de agosto

Decreto-lei nº 367/2007, de 2 de novembro

Decreto-lei nº 308-A/2007, de 5 de setembro

Decreto-lei nº 245/2008, de 18 de setembro

Decreto-lei nº 70/2010, de 16 de junho

Decreto-lei nº 4/2001, de 10 de janeiro

Lei nº 1884/35, de 16 de março

Lei nº 28/84, 14 de agosto

Lei nº 17/2000, de 8 de agosto

Lei nº 32/2002, de 20 de dezembro

Lei nº 4/2007, de 16 de janeiro

Lei nº 16/2007, de 17 de abril

Portaria nº 1113/2010, de 28 de outubro